

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCOSHIPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 083/2021
Data: 02/06/2021**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
INVESTIDORES NO PORTO DE SANTOS QUESTIONAM PROJETO DO STS11	4
QUASE 5 MIL PORTUÁRIOS SÃO IMUNIZADOS CONTRA A COVID-19	5
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	6
COALIZÃO PORTUÁRIA PEDE VACINAÇÃO PARA TODOS QUE ATUAM EM CLÍAS E TAMBÉM PARA PRATICAGEM, AGENTES MARÍTIMOS, FORNECEDORES DE BORDO E OUTROS PROFISSIONAIS.....	6
9,8 MIL PORTUÁRIOS RECEBEM 1ª DOSE DA VACINA CONTRA COVID-19 NO PARANÁ	6
CABO SUBMARINO DE FIBRA ÓPTICA BRASIL-EUROPA É INAUGURADO EM PORTUGAL	7
CORREIO BRAZILIENSE - BR	8
LIRA ANUNCIA CRIAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA ADMINISTRATIVA	8
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF	9
FÓRUM DE INVESTIMENTOS BRASIL 2021 - MINISTROS APRESENTAM VANTAGENS PARA SE INVESTIR NO PAÍS	9
DIÁRIO PÓPULAR – RS	10
PORTUÁRIOS DE PELOTAS SÃO VACINADOS CONTRA A COVID-19	10
ISTOÉ - DINHEIRO	11
PETROBRAS INICIA VENDA DE SUA PARTICIPAÇÃO NA DETEN QUÍMICA, NA BAHIA	11
PIOR SECA DO BRASIL EM QUASE UM SÉCULO IMPACTA NAVEGAÇÃO EM HIDROVIAS, DIZ MINISTRO	11
PETRÓLEO BRENT TEM MÁXIMA DE MAIS DE UM ANO COM OPEP+ E OTIMISMO SOBRE DEMANDA	12
HIDROVIAS SEGUE OPERANDO COM TODOS COMBOIOS NO CORREDOR SUL EM MEIO A CRISE HÍDRICA	13
LÍDERES FECHAM ACORDO EM MP 1.034 E ESTENDEM REGIME ESPECIAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA	14
DIÁRIO DO LITORAL - SP	14
ROSANA VALLE - FUTURO DO PORTO EM NOSSAS MÃOS.....	14
MONEYTIMES	15
JANELA PARA APROVAÇÃO DAS REFORMAS ESTÁ SE FECHANDO, ALERTA S&P.....	15
STF ABRE INQUÉRITO CONTRA SALLES EM CASO DE EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS.....	16
PETRORIO LEVANTA US\$ 600 MILHÕES EM TÍTULOS DE DÍVIDAS, ACIMA DO PREVISTO	17
ESTADO DE MINAS - MG	17
COORDENADOR DO CADE DEFENDE ANÁLISE PROFUNDA SOBRE CONTRATAÇÃO DE TÉRMICAS	17
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	18
ESCASSEZ DE ENERGIA E INSUMOS DERRUBARIA 1 PONTO DO PIB, PROJETA ECONOMIA.....	18
ANP PUBLICA PRÉ-EDITAL DO SEGUNDO LEILÃO DO EXCEDENTE DA CESSÃO ONEROSA	20
LUIZ EDUARDO BARATA: TRANSIÇÃO PARA UMA MATRIZ ELÉTRICA DE BASE RENOVÁVEL PODE OCORRER NA PRÓXIMA DÉCADA.....	22
RESPONSABILIDADE CLIMÁTICA: METAS ALCANÇAM AS EMPRESAS	24
MARCOS ROGÉRIO É APOSTA DO GOVERNO PARA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS	25
JORNAL O GLOBO – RJ	27
ASSOCIAÇÕES DO SETOR ELÉTRICO DIZEM QUE ALTERAÇÕES NA MP DA ELETROBRAS TERÃO IMPACTO DE R\$ 41,2 BI.....	27
DÓLAR FECHA EM R\$ 5,08, MENOR NÍVEL DESDE 17 DE DEZEMBRO; IBOVESPA BATE NOVO RECORDE	28
HOTELARIA REAGE A ACORDO DA PREFEITURA DO RIO COM AIRBNB	30
BOLSONARO SANCIONA LEI QUE VAI PERMITIR PAGAMENTO DE PEDÁGIO POR QUILOMETRO RODADO	30
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	32
A SURPRESA E OS RISCOS PARA O AVANÇO DO PIB.....	32
NX SANEAMENTO, CONTROLADA PELA AEGEA, PREVÊ INVESTIR R\$ 500 MILHÕES EM 50 CIDADES	33
AGRO E INVESTIMENTO SÃO DESTAQUES NO PIB	34
FOI ERRO ACHAR QUE A RETOMADA NO BRASIL FICARIA AQUÉM DO RESTO DO MUNDO, DIZ ESTRATEGISTA DA BOFA.....	35
COM ENERGIA SOLAR, HAVERIA MENOS BANDEIRA VERMELHA NO BOLSO DE TODOS.....	38
PETROBRAS PRECIFICA NOVA EMISSÃO DE US\$ 1,5 BI EM TÍTULOS GLOBAIS.....	39
VALOR ECONÔMICO (SP)	40
IMPORTAÇÃO MAIOR QUE O ESPERADO PODE REDUZIR SUPERÁVIT COMERCIAL	40
SUPERCICLO DE COMMODITIES VAI AJUDAR O BRASIL	41



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 083/2021
Página 3 de 48
Data: 02/06/2021
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

MINÉRIO DE FERRO SOBE NO PORTO DE QINGDAO E PASSA DE US\$ 209.....	42
GOVERNADOR DO AMAZONAS E SECRETÁRIO DE SAÚDE SÃO ALVOS DE OPERAÇÃO DA PF	43
CRISE DE ENERGIA PODE PARAR HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ EM JULHO.....	43
AGÊNCIA BRASIL - DF.....	45
BOLSONARO SANCIONA LEI QUE TORNA PRONAMPE PERMANENTE	45
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	46
SUBSEA INTEGRATION ALLIANCE RECEBE CONTRATO EPCI OFFSHORE NO BRASIL	46
AGENTES VEEM POTENCIAL E DESAFIO REGULATÓRIO PARA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO BRASIL	47
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	48
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	48



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

INVESTIDORES NO PORTO DE SANTOS QUESTIONAM PROJETO DO STS11

Terminal será implantado gradualmente na região do Paquetá

Por: **Fernanda Balbino**



A expectativa de movimentação é de até 15,6 milhões de toneladas de grãos por ano, no STS11 - Foto: Carlos Nogueira/AT

Com expectativa de movimentação de até 15,6 milhões de toneladas de grãos por ano, o STS 11, no Paquetá, deverá se tornar o maior terminal de grãos sólidos vegetais do Porto de Santos. No entanto, interessados em operar a área questionam a capacidade de recebimento de 70% da carga através dos trens, além da movimentação mínima exigida na instalação. Os investimentos são estimados em R\$ 638,5 milhões. E o edital deve ser publicado no próximo trimestre. A implantação da instalação portuária foi discutida nesta terça-feira (1º), em uma audiência pública virtual. O evento, realizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), faz parte do processo de consulta pública do STS11, que segue até o próximo dia 9.

A área tem 114.700 metros quadrados e contará com uma capacidade de armazenagem estática de 516,6 mil toneladas de grãos. O terreno será entregue em partes. Na primeira etapa, o arrendatário poderá operar os berços dos armazéns 13 e 14, além do Armazém 15. Na segunda fase, será disponibilizado o berço do Armazém 12A.

Segundo a Empresa de Planejamento Logístico (EPL), uma parcela de 70% das cargas deverá chegar ao STS11 através do modal ferroviário. E esta é uma das preocupações dos interessados em participar do leilão.

Isto porque o mercado considera alto o risco de os investimentos ferroviários no Porto demorarem ou não saírem do papel. Porém, o governo considera que a capacidade das linhas férreas será ampliada e que o planejamento é integrado, inclusive com a destinação um pátio ferroviário capaz de comportar um trem inteiro, de 120 vagões, no Valongo.

A chinesa Cofco opera no Armazém 12A e tem interesse em investir no STS11. Mas, para o diretor mundial da área de ativos da empresa, Marcelo de Andrade, o “papel aceita qualquer coisa no projeto, mas a realidade é totalmente diferente”.

O executivo considera “inviável” a movimentação exigida de 15,6 milhões de toneladas anuais. Ele destaca os riscos com a imprevisibilidade de safras, que podem sofrer com secas. Além disso, aponta as dificuldades enfrentadas para o transporte ferroviário, já que hoje não consegue transportar pelos trilhos o volume que poderia por indisponibilidade do serviço.

Investimentos

O levantamento de valores dos investimentos mínimos foi outro ponto destacado pelos participantes. Enquanto o governo estima R\$ 638,5 milhões, a iniciativa privada estima que a cifra supera R\$ 1 bilhão e aponta a alta no preço do aço e outros insumos.

Fonte: **A Tribuna Digital - SP**

Data: 02/06/2021

QUASE 5 MIL PORTUÁRIOS SÃO IMUNIZADOS CONTRA A COVID-19

Campanha segue para avulsos, vinculados e profissionais que atuam em órgãos públicos

Por: **Fernanda Balbino**



Os avulsos ainda podem se vacinar. Nesta quinta (3), é a vez dos profissionais entre 36 e 42 anos

Foto: Alexander Ferraz/AT

A vacinação dos trabalhadores portuários continua. Nesta quarta-feira (2), 674 trabalhadores foram imunizados em Guarujá e outros 2.272 em Santos. Com isso, já são 4.957 profissionais do cais santista vacinados.

Os avulsos ainda podem se vacinar.

Nesta quinta (3), é a vez dos profissionais entre 36 e 42 anos. Neste caso, é preciso ir ao Santos Convention Center, que fica na Praça Almirante Gago Coutinho, 29, na Ponta da Praia. O horário é das 9 às 15 horas.

Os profissionais que atuam em terminais localizados na Margem Esquerda (Guarujá), também podem garantir suas doses. A vacinação dos portuários está centralizada no Ginásio Guaibê, que fica na Avenida Santos Dumont, 420, no bairro Santo Antônio.

O horário é das 8 às 16 horas na quadra e das 9 às 15 horas no estacionamento. Quem preferir, também pode contar com sistema drive-thru.

Em Cubatão, 48 trabalhadores portuários que atuam em indústrias podem se vacinar. Ainda há doses no Parque Anilinas, na Avenida Nove de Abril, s/nº, das 9 às 15h.

Órgãos públicos

A vacinação também continua para os que atuam na Autoridade Portuária de Santos (APS) e em autoridades federais. Neste caso, o imunizante estará disponível em um posto na sede da estatal, na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves s/nº, Macuco, também das 9 às 15 horas.

Entre os servidores dos anuentes estão os da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), da Receita Federal, do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro).

Nesta quinta (3), serão imunizados os profissionais que têm 45 a 49 anos e sexta (4) os de 40 a 44 anos. No sábado (5), serão imunizados os trabalhadores entre 35 a 39 anos.

O que levar

As doses são exclusivas para os portuários. Para se vacinar, o trabalhador precisa levar documento com foto e CPF. A campanha de vacinação foi realizada com base em listas enviadas pela Autoridade Portuária, pelo Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) e pelo Sindicato dos Operadores Portuários (Sopesp).

Por isso, caso o nome do profissional não esteja na relação pessoas a serem vacinadas, é preciso entrar em contato com a empresa onde atua.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 02/06/2021



SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

COALIZÃO PORTUÁRIA PEDE VACINAÇÃO PARA TODOS QUE ATUAM EM CLIAS E TAMBÉM PARA PRATICAGEM, AGENTES MARÍTIMOS, FORNECEDORES DE BORDO E OUTROS PROFISSIONAIS

Informação: FENOP (2 de junho de 2021)

A Coalizão Empresarial Portuária, composta por seis entidades representativas do setor, dentre elas a FENOP, enviou ofício ao Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni, solicitando que também coloquem na prioridade de vacinação contra COVID 19 todos os que atuam em Centro Logístico Industrial Aduaneiro (CLIA), na Praticagem, Agentes Marítimos e os Fornecedores de Bordo e outros profissionais em atividades correlatas, dos Municípios com instalações portuárias.

O documento foi enviado essa semana e justifica que, na prática, por receberem carga e pessoas provenientes do exterior nos pontos de fronteira portuários, esses trabalhadores e agentes estão expostos aos mesmos riscos sanitários que os trabalhadores dos TUPs, Arrendatários e Autoridades Portuárias.

“A Coalizão Empresarial Portuária reitera a defesa para a extensão do programa de vacinação, contra o COVID-19, para tais atividades, se dispondo a harmonizar as informações de quantitativos envolvidos, junto às entidades representativas de tais setores, se assim houver orientação desse Ministério.”, informa o documento.

Além da FENOP, a Coalizão Portuária é formada pela Abratec (Associação Brasileira de Terminais de Contêineres), ABTL (Associação Brasileira de Terminais de Líquidos), ABTP (Associação Brasileira dos Terminais Portuários), ABTRA (Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados) e ATP (Associação de Terminais Portuários Privados).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 02/06/2021

9,8 MIL PORTUÁRIOS RECEBEM 1ª DOSE DA VACINA CONTRA COVID-19 NO PARANÁ

Informação: Portos do Paraná (2 de junho de 2021)

Em menos de três dias, 9,8 mil trabalhadores portuários paranaenses receberam a primeira dose da vacina contra o coronavírus, no Paraná. A vacinação, em tempo recorde, priorizou os funcionários que atuam a bordo dos navios, costado e faixa portuária. Foto: Claudio Neves/Portos do Paraná

Em menos de três dias, 9,8 mil trabalhadores portuários paranaenses receberam a primeira dose da vacina contra o coronavírus, no Paraná. A vacinação, em tempo recorde, priorizou os funcionários que atuam a bordo dos navios, costado e faixa portuária. O número de doses superou total enviado pelo Ministério da Saúde e será necessário aguardar o envio de novo lote para que a vacinação seja retomada.

Somente neste domingo (30), 3.062 profissionais foram imunizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Paranaguá. Organizados em cinco grupos, com o apoio do Comitê de Enfrentamento à Covid-19, da Portos do Paraná, das 11h da última sexta-feira (28), até às 18h de hoje (30), 9.110 trabalhadores receberam a vacina, no município. O número representa aproximadamente 6% da população da cidade.

Em Antonina, foram 690 portuários imunizados com a primeira dose, nessa primeira remessa.

“Isso nos traz um conforto, uma alegria. Só que a gente sabe que as medidas de segurança precisam continuar a ser seguidas. Por isso, continuaremos adotando todas as práticas iniciadas em março do ano passado. A vacina é mais um fator de segurança para os trabalhadores que seguem na faixa portuária, essenciais para a continuidade dos serviços”, afirma o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

O prefeito de Paranaguá, Marcelo Roque, disse na tarde deste domingo (30) que nova remessa de vacinas é esperada para dar continuidade à imunização dos demais portuários. “Agora precisamos aguardar a chegada de mais doses para continuar a imunização dos trabalhadores portuários. Nosso intuito é vacinar 100%”, afirmou o prefeito em suas redes sociais.

PRÓXIMOS – O Comitê de Enfrentamento à Covid-19, da empresa pública, seguirá reunido ao longo da semana para fazer um balanço, junto aos municípios, quanto aos imunizados, segundo a listagem dos cinco grupos pré-organizados.

“Trabalhamos incansavelmente, ao longo da última semana, e assim seguiremos para garantir que todos que estejam aptos a essa etapa de priorização dos planos Nacional e Estadual de vacinação recebam os imunizantes”, afirma o diretor de Meio Ambiente da Portos do Paraná, João Paulo Ribeiro Santana.

Segundo ele, assim que nova remessa chegar, a organização dos trabalhadores estará garantida, para facilitar o trabalho do município. “Temos muito a agradecer à equipe da Prefeitura, da Secretaria Municipal de Saúde, que se esforçaram muito para que essa etapa da imunização acontecesse com organização e segurança”, completa.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 02/06/2021

CABO SUBMARINO DE FIBRA ÓPTICA BRASIL-EUROPA É INAUGURADO EM PORTUGAL

Informação: Informativo dos Portos (2 de junho de 2021)

Foi inaugurado na cidade de Sines, em Portugal, o primeiro cabo submarino de fibra óptica que liga diretamente o Brasil e a Europa. O projeto foi financiado pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), que investiu €8,9 milhões; pela Comissão Europeia, que contribuiu com €25 milhões; e pela empresa EllaLink, que aplicou €150 milhões.

O ministro do MCTI, Marcos Pontes, participou, nesta terça-feira (1), da cerimônia que marcou o início das operações. “Esse cabo é muito importante para a ciência do Brasil, porque permite a troca de informações de forma mais efetiva entre os continentes. Vamos precisar disso cada vez mais.”

O cabo submarino possui 6 mil quilômetros de extensão, conectando diretamente a cidade de Fortaleza (Brasil) a Sines (Portugal), sem a necessidade de os dados passarem pelos Estados Unidos. “Atualmente, nós não temos uma conexão direta, nós temos que passar as informações pelos Estados Unidos. Esse cabo permite um tráfego muito maior de dados, uma velocidade muito maior, ou seja, em menor tempo latência”, explicou o ministro Marcos Pontes.

O projeto da interligação entre os dois lados do Atlântico, conectando o Brasil à Europa com um link de alta capacidade, é uma ação do Diálogo Digital Brasil União Europeia. A iniciativa é coordenada pelo secretário de Empreendedorismo e Inovação, Paulo Alvim, e já existe há mais de 14 anos.

A coordenação da utilização do cabo submarino no Brasil está sob a responsabilidade da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), organização social do MCTI.

A conexão do cabo potencializará as oportunidades de pesquisa e educação na América Latina e Europa ao longo de 25 anos. Parte da capacidade do cabo submarino será utilizada pelo consórcio Building the Europe Link with Latin America (BELLA), projeto de interconexão acadêmica que reúne diversas instituições de pesquisa de países da Europa e da América Latina, entre elas a RNP. A

conectividade do cabo permitirá que pesquisadores brasileiros acessem equipamentos científicos na Europa e vice-versa.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 02/06/2021

CORREIO BRAZILIENSE

CORREIO BRAZILIENSE - BR

LIRA ANUNCIA CRIAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Líderes da Câmara devem se reunir com o presidente da Casa já na próxima semana para discutir tramitação da PEC 32. Comissão discutirá o mérito da proposta

Por Israel Medeiros



crédito: Najara Araujo/Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou, na tarde desta quarta-feira (2/6), a criação da comissão mista que discutirá o mérito da reforma administrativa (PEC 32/2020). A matéria já teve sua admissibilidade aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara.

“Nos termos do parágrafo segundo do artigo 202 do regimento interno, esta presidência decide criar comissão especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 32 de 2020, do Poder Executivo, que altera disposições sobre os servidores, empregados públicos e organização administrativa”, anunciou Lira, durante sessão deliberativa.

Segundo o parlamentar, a comissão será composta por 34 membros titulares e 34 suplentes. No anúncio, Lira também convidou todos os líderes partidários da Casa para uma reunião na próxima semana, com o objetivo de discutir a tramitação da PEC 32. Ele deixou claro, como tem feito de forma mais efusiva nos últimos dias, que o projeto não mexe na estabilidade dos atuais servidores.

“Esta presidência estará convidando todos os líderes partidários de governo, de centro ou de esquerda, para que nós possamos, em uma reunião ou duas, tratar da tramitação desse tema na comissão especial com todos os ajustes que forem necessários. E ressaltando a palavra desta presidência que não admitirá, em hipótese alguma, nenhum ataque aos servidores atuais, ao direito adquirido, a tudo que está posto hoje na legislação”, afirmou.

Segundo ele, “se essa PEC for aprovada, vai valer de agora em diante, no modelo mais moderno para o sistema público brasileiro, que vise, tão somente, o melhoramento do serviço público em prol do cidadão”.

A proposta

O texto da PEC 32 foi apresentado pelo governo federal em 2020 e afeta apenas os novos servidores da administração pública. Ele altera, entre outras coisas, regras de estabilidade, estabelecendo vínculo de experiência e avaliação de produtividade. Parlamentares de oposição consideram a medida como um ataque aos direitos dos servidores e tentam barrar a tramitação da proposta.

Entre os que defendem a reforma, há quem considere o texto “fraco”, por não contemplar servidores do Poder Judiciário, Legislativo e nem militares. No parecer do relator da matéria na CCJ, deputado Darci de Matos (PSD-SC), alguns trechos foram suprimidos, como a proibição de exercício de qualquer atividade remuneratória além do cargo público; e a possibilidade de alteração da estrutura de órgãos públicos via decreto presidencial.

Também foram excluídos os novos princípios da administração pública, tais como “imparcialidade”, “transparência”, “inovação”, “responsabilidade”, “unidade”, “coordenação”, “boa governança”, entre outros. Para Darci, tais palavras poderiam criar um aumento de judicialização.

Fonte: *Correio Braziliense - BR*

Data: 02/06/2021

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

FÓRUM DE INVESTIMENTOS BRASIL 2021 - MINISTROS APRESENTAM VANTAGENS PARA SE INVESTIR NO PAÍS

Em evento, foi apresentado crescimento do país e novas oportunidades em infraestrutura e agronegócio



Ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, afirmou que vale a pena investir aqui no Brasil - Foto: Ministérios da Infraestrutura e da Agricultura

As oportunidades de negócios em setores estratégicos como agronegócio e infraestrutura foram apresentadas nesta terça-feira (1), segundo dia do Fórum de Investimentos Brasil 2021.

Segundo o ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, o país tem buscado a melhoria do ambiente de negócios. “O Brasil busca revigorar o investimento

internacional. Um dos motivos desse nosso encontro. O Brasil é o maior receptor de investimentos estrangeiros diretos na América Latina e o quinto maior receptor do mundo.”

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, convidou os investidores a procurar os projetos do país e afirmou que vale a pena investir aqui no Brasil. “Nós temos o maior programa de infraestrutura da nossa história.”

Nos últimos dois anos, no campo da infraestrutura, foram promovidos 70 leilões. “O Brasil fez leilão de rodovias, fez leilão de portos, fez leilão de aeroportos, fez leilão de ferrovias. Voltamos a investir no modo ferroviário. Estamos transformando a nossa matriz de transportes, que vai ser muito mais eficiente daqui a alguns anos, muito mais equilibrada”, afirmou Tarcísio de Freitas.

Serão contratados no Brasil nos próximos meses, só em infraestrutura, segundo o ministro, mais de R\$ 1 trilhão. No campo dos transportes, serão R\$ 260 bilhões até o fim de 2022. “E isso vai promover a maior transformação na logística da nossa história. Vai fazer com que o nosso produtor seja cada vez mais eficiente. Aí, vai sobrar dinheiro para mais investimentos no setor produtivo.”

Entre os principais ativos que deverão ser leiloados estão a Dutra (BR-116/101/SP/RJ), a BR-381/262/MG/ES, a Ferrogrão, além de serem feitos arrendamentos portuários no Porto de Santos, a desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e a última rodada de concessões aeroportuárias.

Agricultura

Ao participar do fórum nesta terça-feira (1), a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, destacou que o agro brasileiro está pronto para receber investimentos internacionais.



“Invistam no agronegócio sustentável brasileiro. Essa decisão fará bem não apenas às suas finanças, mas ao meio ambiente, às pessoas e à saúde”, frisou a ministra. “Sabemos da existência de trilhões de dólares em busca de boas alternativas de investimento, melhores retornos e riscos menores. E o agronegócio brasileiro tem resposta para isso. Nosso mercado bancário e de capitais está maduro e pronto para receber investidores do mundo todo.”

A ministra também comentou que a sustentabilidade já é um pré-requisito para os produtores rurais conseguirem recursos internacionais. Citou assinatura de memorando com a Climate Bond Initiative, para aumentar a oferta de títulos verdes confiáveis pelo Brasil, e a Lei do Agro, que simplifica e dá segurança às operações financeiras.

Sobre sustentabilidade, a pasta lançou as bases para o Plano ABC+, que prevê ações para estimular a adoção de práticas e tecnologias de baixa emissão de carbono no período 2020-2030. “Estamos orientando as ações de mitigação de emissão de gases de efeito estufa e sustentabilidade para consolidar uma agropecuária moderna e atenta às necessidades ambientais do mundo atual. Nossa agropecuária será, ainda mais, parceira da preservação do meio ambiente. Porque, antes de qualquer coisa, é altamente dependente dos recursos naturais. Se chove demais, o produtor perde com aumento de custos da produção, com maior incidência de doenças, por exemplo. Se chove pouco, a escassez de água pode levar à perda total da lavoura”, ressaltou a ministra.

Fórum

O Fórum está na quarta edição e ocorreu de forma on-line entre os dias 31 de maio e 1º de junho de 2021. A edição deste ano destacou as oportunidades de investimentos em setores estratégicos brasileiros, como agronegócios, energia, infraestrutura, inovação, saúde e tecnologia, entre outros.

Ao longo de dois dias, foram apresentados 60 projetos, com um valor de carteira estimado em cerca de 72 bilhões de dólares.

A organização é da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Governo Federal. Participantes de 100 países se inscreveram para participar do evento.

Durante o Fórum, houve painéis de discussão com representantes do Governo, CEOs de multinacionais e sala de apresentação de projetos públicos e privados no Brasil que buscam aporte de investimentos.

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 02/06/2021

DIÁRIO POPULAR

DIÁRIO PÓPULAR – RS

PORTUÁRIOS DE PELOTAS SÃO VACINADOS CONTRA A COVID-19

Durante esta terça-feira, 108 doses foram aplicadas junto à estrutura do armazém A2
Por: Redação - web@diariopopular.com.br

Seguindo a proposta de imunização dos portuários, a Superintendência dos Portos do Rio Grande do Sul (Portos RS) realizou, nesta terça-feira (1º), a vacinação dos trabalhadores de Pelotas. A atividade

teve início às 9h e se estendeu até o início da tarde com as aplicações das 108 doses acontecendo junto à estrutura do armazém A2, no setor de atracação.



Vacinação aconteceu nesta terça-feira (Foto: Divulgação - DP)

O público-alvo da vacinação desta terça-feira foram os servidores da autoridade portuária lotados em Pelotas, terceirizados da Portos RS, trabalhadores portuários avulsos, integrantes do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) e operadores. As doses aplicadas na oportunidade também são do laboratório AstraZeneca, cuja reaplicação acontecerá no dia 01 de setembro.

A aplicação foi realizada por profissionais da Vigilância Epidemiológica do município de Pelotas. Os portuários que estiveram impedidos por questões de saúde no dia de hoje, poderão tomar a vacina posteriormente, de acordo com a disponibilidade.

Fonte: Diário de Popular - RS

Data: 02/06/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

PETROBRAS INICIA VENDA DE SUA PARTICIPAÇÃO NA DETEN QUÍMICA, NA BAHIA

(Por Gabriel Araujo)

A Petrobras (PETR4) o processo de venda da totalidade de sua participação de 27,88% na petroquímica Deten, localizada no polo industrial de Camaçari (BA), informou a companhia em fato relevante publicado nesta quarta-feira.

A Deten fabrica e comercializa as principais matérias-primas para a produção de detergentes biodegradáveis líquidos e em pó, sendo a única produtora nacional de Linear Alquilbenzeno (LAB), disse a Petrobras.

A companhia fabrica ainda Ácido Linear Alquilbenzeno Sulfonato (LABSA) e Alquilado Pesado (ALP) este, utilizado em aditivos lubrificantes e óleo têxtil, acrescentou a petroleira.

“Essa operação está alinhada à estratégia de otimização do portfólio e à melhora de alocação do capital da companhia, visando à maximização de valor para os seus acionistas”, disse a Petrobras, que tem promovido desinvestimentos em segmentos não essenciais para focar nas atividades de exploração e produção de óleo e gás em águas profundas e ultraprofundas.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 02/06/2021

PIOR SECA DO BRASIL EM QUASE UM SÉCULO IMPACTA NAVEGAÇÃO EM HIDROVIAS, DIZ MINISTRO

Por Rodrigo Viga Gaier e Ana Mano

RIO DE JANEIRO/SÃO PAULO (Reuters) – A pior crise hídrica no Brasil em quase um século irá impactar a navegação em hidrovias e encarecer o transporte por este modal no maior exportador mundial de commodities como soja, café e açúcar.

Nesta quarta-feira, o ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, afirmou que medidas para economizar água e direcionar recursos hídricos à geração de energia iriam inevitavelmente afetar a navegação na hidrovia Tietê-Paraná, a que mais está sofrendo com a seca prolongada no coração de alguns dos principais Estados agrícolas do Brasil.



Tarcísio de Freitas, ministro de Infraestrutura

Freitas afirmou que o governo irá reduzir o calado na bacia do rio Paraná, o que interromperá a movimentação fluvial de cargas de Estados como Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. A bacia forma parte da quarta maior hidrovia do Brasil para o transporte de cargas.

“Se as empresas não conseguem usar o rio para movimentar mercadorias por causa da queda do nível da água, elas recorrem ao transporte rodoviário, disse o coordenador de pesquisas de

logística da Escola de Agricultura da Universidade de São Paulo (Esalq), Thiago Péra. “Isso vai aumentar o custo do frete, já que os preços do diesel estão subindo”.

Péra afirmou que uma eventual redução do nível de água no sistema Tietê-Paraná poderia ter um maior impacto nos trajetos mais longos, enquanto viagens mais curtas ainda seriam possíveis. Ele acrescentou que devido à interrupção da navegação no sistema em 2014, operadores estão mais preparados para situações como essa.

Ao mesmo tempo, o problema dificultou investimentos para melhorar a hidrovia, que também é usado para importar grãos do Paraguai.

No ano passado, quase 3,9 milhões de toneladas de produtos, incluindo soja e milho, foram movimentados pela bacia do Paraná, de acordo com dados da reguladora de portos Antaq. Isso representa uma queda em relação a uma média de 5,6 milhões de toneladas entre 2017 e 2019, mostraram os dados.

Freitas também afirmou que o governo precisará ligar as térmicas para garantir fornecimento de energia, já que o potencial de geração das hidrelétricas do Brasil está comprometido pela seca.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 02/06/2021

PETRÓLEO BRENT TEM MÁXIMA DE MAIS DE UM ANO COM OPEP+ E OTIMISMO SOBRE DEMANDA

Por Stephanie Kelly



Plataforma de petróleo operada pela chinesa CNOOC na província de Hainan

Nova YORK (Reuters) – Os preços do petróleo avançaram nesta quarta-feira, com o barril do Brent tocando máxima em mais de um ano, apoiados pela decisão da Opep e aliados de manter um plano de aumento gradual na oferta e pelo ritmo lento de negociações entre Irã e Estados Unidos sobre um acordo nuclear.

O petróleo Brent avançou 1,1 dólar, ou ,16%, para fechar em 71,35 dólares por barril. A commodity chegou a atingir 71,48 dólares por barril, máxima desde janeiro de 2020.

O petróleo dos EUA (WTI) subiu 1,11 dólar, também 1,6%, encerrando a 68,83 dólares por barril. Ele tocou 69 dólares o barril durante a sessão, maior nível desde outubro de 2018.

“O mercado do petróleo recebeu bem a decisão da Opep+ de permanecer com o seu plano já existente de produção— que, associada a indicações positivas sobre demanda mundial, fez os preços subirem ainda mais hoje”, afirmou Louise Dickson, analista de mercado de petróleo da Rystad Energy.

Esperando uma recuperação na demanda, a Organização de Países Exportadores de Petróleo e seus aliados, aliança conhecida como Opep+, decidiu na terça-feira de manter seu plano de gradualmente reduzir cortes de oferta até julho.

A reunião da Opep+ durou 20 minutos, a mais curta da história do grupo, indicando união entre os membros e a confiança deles na recuperação do mercado, segundo analistas.

O ministro de Energia da Arábia Saudita, Prince Abdulaziz bin Salman, disse que a recuperação sólida da demanda nos Estados Unidos e na China e o ritmo de vacinação contra a Covid só podem levar a um reequilíbrio no mercado mundial de petróleo.

(Reportagem de Stephanie Kelly em Nova York; Reportagem Adicional de Bozorgmehr Sharafedin em Londres, Shu Zhang em Cingapura e Sonali Paul em Melbourne)

((Tradução Redação São Paulo, 55 11 56447745))

REUTERS LM LC
Fonte: IstoÉ- Dinheiro
Data: 02/06/2021

HIDROVIAS SEGUE OPERANDO COM TODOS COMBOIOS NO CORREDOR SUL EM MEIO A CRISE HÍDRICA

Por Gabriel Araujo



SÃO PAULO (Reuters) – A companhia de logísticas Hidrovias do Brasil informou nesta quarta-feira que segue operando com todos os comboios no Corredor Sul, em resposta a notícias que apontavam para possíveis impactos da crise hídrica às operações do setor.

A manifestação da empresa ocorre após a Agência Nacional de Águas (ANA) ter declarado situação crítica na bacia do Paraná, que abriga os principais reservatórios hidrelétricos do Brasil, até 30 de novembro, em meio a uma crise de falta de

chuvas.

A Hidrovias do Brasil disse em comunicado que o Corredor Sul está em situação atípica desde o ano passado, acrescentando que até o momento não observou nenhum impacto direto em suas operações que esteja relacionado ao tema.

“(A empresa) não opera nas regiões onde os reservatórios hidrelétricos citados nas notícias estão alocados”, afirmou.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro
Data: 02/06/2021

LÍDERES FECHAM ACORDO EM MP 1.034 E ESTENDEM REGIME ESPECIAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA

Estadão Conteúdo

Líderes da Câmara fecharam acordo para mudar uma parte do relatório da Medida Provisória 1.034, que aumenta a tributação sobre bancos para permitir um subsídio temporário ao diesel e ao gás de cozinha. O parecer do relator, deputado Moses Rodrigues (MDB-CE), trazia diversos 'jabutis' – matérias estranhas ao texto original – e gerou polêmica entre os parlamentares.

Para permitir o subsídio aos combustíveis, o governo deu fim ao Regime Especial da Indústria Química (Reiq), criado em 2005 e que deu incentivos tributários ao setor. O relatório estendia o programa por mais tempo, com a retirada gradual dos benefícios ao longo de oito anos.

Por acordo entre as lideranças, o programa ganhou uma sobrevida de quatro anos. Moses Rodrigues afirmou que a renúncia fiscal será de R\$ 150 milhões anuais. Hoje, o setor paga alíquota de 1% no PIS e de 4,6% na Cofins, e ao fim desse período, a tributação será gradualmente elevada para 1,65% e 7,6%, respectivamente. O novo texto ainda será submetido à votação em plenário.

Os deputados ainda querem discutir, por meio de destaques, outros 'jabutis' propostos pelo relator e tentar modificá-los ou retirá-los em plenário. A pedido da Receita Federal, o relator incluiu no texto a tributação de PIS e Cofins sobre combustíveis que são adquiridos fora da Zona Franca de Manaus. Para o vice-presidente da Casa, Marcelo Ramos (PL-AM), a mudança é inconstitucional e viola decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que assegura tratamento de exportação a todos os produtos internalizados na região.

Já o líder do PT, Bohn Gass (RS), quer alterações no trecho que pode reduzir a arrecadação com a loteria de apostas de quota fixa e, conseqüentemente, os recursos destinados à Seguridade Social.

Para saber mais sobre o Broadcast Político, entre em contato com comercial.ae@estadao.com

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 02/06/2021



DIÁRIO DO LITORAL - SP

ROSANA VALLE - FUTURO DO PORTO EM NOSSAS MÃOS

Mesmo que muita gente não trabalhe diretamente no Porto, todos temos uma relação indireta com o que acontece neste complexo, que é o maior da América do Sul e responde por mais de 30% do comércio exterior do Brasil

Por Artigo



Rosana Valle, deputada federal

Foto: DIVULGAÇÃO

Como presidente da Frente Parlamentar para o Futuro do Porto de Santos na Câmara Federal, tenho a obrigação de informar a população regional sobre todos os fatos importantes que se referem ao nosso porto e que refletem, necessariamente, na vida dos habitantes da Baixada, Litoral e Vale do Ribeira.

Mesmo que muita gente não trabalhe diretamente no Porto, todos temos uma relação indireta com o que acontece neste complexo, que é o maior da América

do Sul e responde por mais de 30% do comércio exterior do Brasil. Assim, o Porto é tema relevante para Santos, Guarujá, Cubatão – cidades que recebem navios -, como também para toda a população regional e do País.

Daí a importância de estarmos informados sobre o andamento das discussões sobre a ligação seca entre Santos e Guarujá. Afinal, trata-se de uma necessidade discutida há mais de 90 anos e que agora está mais perto de ocorrer, apesar das dificuldades e complexidades do tema.

Se ponte ou túnel, o que importa é que temos que considerar todas as variáveis, aspectos negativos e positivos de cada uma das opções, para que possamos evitar problemas mais sérios no futuro. E um risco que não podemos correr é o de prejudicarmos a continuidade das operações e também a expansão das atividades do Porto.

Para que tenhamos uma ideia do que isso representa, estão previstos R\$ 10 bilhões em investimentos para os próximos dez anos com a implantação do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos.

Isso representará 50% no aumento da capacidade de movimentação de cargas, que chegaria a 240,6 milhões de toneladas até 2040. E mais: a criação de 60 mil e 400 novos empregos, beneficiando diretamente os moradores da nossa região.

Por isso, promovi audiência pública para que todos conheçam as opções ponte e túnel, com todas suas implicações no futuro do Porto de Santos e na vida dos habitantes da região.

Lembro que não podemos nos esquecer, por exemplo, do que houve em São Vicente com a histórica, bonita e tombada Ponte Pênsil, inaugurada em maio de 1914 e que cumpriu importante função, tanto para sustentar as tubulações que conduziram os esgotos de Santos para despejo no mar, na Ponta do Itaipu, em Praia Grande, quanto na questão da ligação rodoviária entre a Baixada e Litoral Sul.

Mas, apesar destes méritos, a Ponte Pênsil também congelou o futuro de São Vicente por impedir a passagem de embarcações de maior porte para todo seu estuário navegável, impedindo o desenvolvimento do turismo náutico e de outros investimentos. Ou seja, é apenas um exemplo da importância de decidirmos, hoje, sobre o futuro da nossa região, com reflexos múltiplos, como a empregabilidade das novas gerações.

* Rosana Valle, deputada federal

Fonte: *Diário do Litoral - SP*

Data: 02/06/2021



MONEYTIMES

JANELA PARA APROVAÇÃO DAS REFORMAS ESTÁ SE FECHANDO, ALERTA S&P

Por Reuters

A agência de classificação de risco S&P Global manteve a nota de crédito soberano de longo prazo em moeda estrangeira do Brasil em BB, com perspectiva estável, destacando que o país deve ter uma consolidação fiscal lenta até 2024, mas que a recuperação econômica neste ano deve ajudar a conter o endividamento.

Em relatório, a agência também afirmou que a janela de oportunidades para reformas se estreitará com a aproximação das eleições de 2022 e que, na ausência de um ritmo mais rápido de aprovação de medidas estruturais, o crescimento econômico deve permanecer moderado no médio prazo.

A expectativa da S&P é que o PIB brasileira cresça 4% neste ano, com alta de 2,2% ao ano no período 2022-2024.

A nota de crédito soberano de longo prazo BB- está em território especulativo, três graus abaixo do mínimo para “grau de investimento” (BBB-), a partir do qual o país tem selo de bom pagador.

“A perspectiva estável reflete nossas expectativas de recuperação econômica em 2021 e de redução gradual do déficit fiscal, o que deve resultar em um ritmo mais lento de acúmulo de dívida nos próximos dois anos, bem como em um desempenho externo sólido”, disse a S&P.

“Esperamos que a ligeira melhora na trajetória fiscal e as amplas reservas de liquidez ajudem a preservar a confiança do mercado e as condições de financiamento adequadas para o governo nos mercados locais.”

A melhora fiscal esperada para este ano é atribuída à redução dos gastos emergenciais e a “receitas fiscais dinâmicas” em meio à recuperação do crescimento.

Ainda sobre as eleições de 2022, a S&P disse que o presidente Jair Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva devem ser candidatos “competitivos, apesar de seus altos índices de rejeição”.

“As iniciativas de política após a eleição e a capacidade de formular coalizões fortes serão fundamentais para a qualidade de crédito do Brasil.”

Uma persistente fraqueza fiscal nos próximos dois anos que leve a novas pressões de financiamento para o governo a custos mais elevados de dívida e inflação pode levar a um rebaixamento da nota do Brasil.

Se houver uma melhora fiscal mais rápida do que o esperado, por outro lado, o rating pode ser melhorado, disse a S&P.

Na semana passada, a Fitch Ratings reafirmou o rating do Brasil em “BB-“, com perspectiva negativa, destacando a deterioração das contas fiscais e o fardo da dívida diante da incerteza com a evolução da pandemia e o processo de vacinação.

Fonte: Moneytimes

Data: 02/06/2021

STF ABRE INQUÉRITO CONTRA SALLES EM CASO DE EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS

Por Reuters

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou nesta quarta-feira a abertura de um inquérito criminal para investigar o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, por suspeita levantada por um delegado da Polícia Federal de que ele tenha atuado para obstruir uma apuração que levou à apreensão recorde de madeira ilegal na região amazônica.

A decisão atende a um pedido apresentado na véspera pela Procuradoria-Geral da República de abertura da apuração.

Procurada, a assessoria de Ricardo Salles não respondeu de imediato a pedido de comentário.

O inquérito terá como base a apuração conduzida pelo então superintendente da PF no Amazonas, delegado Alexandre Saraiva, e que foi remetida para o STF.

Saraiva também acusou Salles de favorecer madeireiros e ainda de integrar uma organização criminosa envolvida num esquema de receptação e crimes ambientais.

O caso levou à retirada do delegado um dos mais experientes da corporação da Superintendência do órgão no Estado.

Fonte: Moneytimes
Data: 02/06/2021

PETRORIO LEVANTA US\$ 600 MILHÕES EM TÍTULOS DE DÍVIDAS, ACIMA DO PREVISTO

Por Renan Dantas

A PetroRio (PRIO3) precificou os títulos de dívida emitidos no exterior em US\$ 600 milhões, mostra fato relevante enviado ao mercado nesta quarta-feira (2).

O valor ficou acima dos US\$ 500 milhões previstos inicialmente.

Com vencimento em 2026, a taxa dos títulos será de 6,1% por ano.

A empresa pretende utilizar os recursos para o pré-pagamento de certas dívidas das suas subsidiárias, bem como para sua composição de caixa e fins corporativos gerais.

Não faz muito tempo que a empresa foi ao mercado. Em janeiro, a PetroRio realizou uma oferta de ações que movimentou R\$ 2 bilhões. Ou seja, ela já está capitalizada.

Fonte: Moneytimes
Data: 02/06/2021



ESTADO DE MINAS - MG

COORDENADOR DO CADE DEFENDE ANÁLISE PROFUNDA SOBRE CONTRATAÇÃO DE TÉRMICAS

Estadão Conteúdo

O coordenador de Estudos de Contas Anticompetitivas do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Ricardo Medeiros Castro, afirmou que caberia uma análise mais aprofundada sobre a obrigatoriedade da contratação de térmicas a gás, prevista no texto da Medida Provisória da Eletrobras aprovada pela Câmara. A proposta também determina a contratação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em leilões de energia.

"O que chama atenção aqui é que essa contratação se daria ao preço teto especificado. E é sobre esse ponto que eu acho que caberia uma análise mais aprofundada", afirmou Castro, durante sessão sobre o tema no Senado na manhã desta quarta-feira.

Ele ressaltou, no entanto, que a indagação é sob o ponto de vista da advocacia da concorrência, já que não cabe ao Cade fazer uma manifestação prévia a qualquer ato de concentração sem que seja analisado pelo plenário do órgão.

De acordo com o coordenador, sob ponto de vista da advocacia da concorrência, o preço teto serve como um limite do poder de mercado. Ele afirmou, no entanto, que a grande questão do texto da MP é prever a contratação dessas usinas sem considerar uma análise de energias substitutas que, no fim, podem ser igualmente satisfatórias do ponto de vista público e a preço teto.

Representante do Ministério de Minas e Energia (MME), o chefe da assessoria especial de assuntos econômicos da pasta, Hailton Madureira, afirmou que o governo já pretendia contratar, nos próximos anos, termelétricas a gás natural e PCHs. Ele disse que a pasta tem defendido a contratação das térmicas em leilões de "reserva de capacidade" e que os custos sejam divididos entre todos consumidores, não só para os atendidos pelas distribuidoras.

Por sua vez, o ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mauricio Tolmasquim, afirmou que "não adianta" falar que a contratação de térmicas estava prevista no planejamento, pois a previsão era que as usinas entrariam em um processo amplamente competitivo, aberto nacionalmente. "Tem de falar as coisas como elas são e não tentar jogar com palavras que acabam camuflando a realidade" disse.

Ele afirmou ainda que a MP prevê a contratação de térmicas em regiões distantes das reservas de gás e do mercado consumidor. "Isso vai forçar a construção de gasodutos muito caros, vai obrigar a construção de linhas de transmissão muito caras e vai reduzir a competição porque, como está especificando os lugares da construção da termelétrica, terão que ser organizados leilões regionais e não nacionais, onde há uma ampla competição", afirmou.

Fonte: Estado de Minas - MG

Data: 02/06/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

ESCASSEZ DE ENERGIA E INSUMOS DERRUBARIA 1 PONTO DO PIB, PROJETA ECONOMIA

Por epbr - 2 de junho de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter

A epbr realiza nesta quarta (2/6), a partir das 14h, uma série de transmissões ao vivo sobre a MP da capitalização da Eletrobras. Veja a programação

em jogo

Equipe econômica calcula que risco de racionamento de energia e desabastecimento de insumos para a indústria ameaça derrubar em um ponto percentual o ritmo de crescimento do PIB em 2021.

— O aumento do custo da energia, com a importação e despachos de fontes mais caras para compensar a estiagem nos reservatórios, por sua vez, pode levar a inflação para 4,5%, acima do centro da meta (4%).

— As projeções foram apresentadas ao ministro Paulo Guedes, da Economia, segundo a Folha de S. Paulo.

— Empolgado com o resultado do primeiro trimestre (alta de 1,2% no PIB), o ministro fala em crescimento de 6% no ano. Na edição mais recente do Boletim Focus (28/5), o mercado estima crescimento do PIB de 3,96% e IPCA de 5,49%.

— Na segunda, a carga das termelétricas despachadas atingiu 17.137 megawatts médios, recorde histórico. Com a necessidade de garantir o suprimento, é preciso recorrer às usinas mais caras e, muitas vezes, mais poluentes (O Globo).

Guedes culpa a falta de chuvas. "Agora temos o problema do regime de chuvas, não controlamos isso, é uma variável completamente inesperada, como foi a pandemia também, tem o regime de climas, mudanças climáticas, isso está nos atingindo", diagnosticou o ministro. (UOL).

Vai piorar, mas estava previsto. A energia armazenada (EAR_{máx}) no subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o mais importante do país, vai cair de 32,2% para 28,8%, segundo previsão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE).

— O problema é justamente a entrada no período mais seco do ano, após uma temporada de chuvas fracas. Previsões do governo já antecipavam que a crise hidrológica vai se estender ao menos até 2022, por razões climáticas.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, tem tentado tranquilizar o mercado. Em entrevista à CNN, citou que o ex-ministro Pedro Parente – com quem se reuniu ontem – elogiou as medidas que vêm sendo tomadas pelo MME. Em nota à imprensa, Parente afirma que o diagnóstico do governo está correto.

— “Todas as medidas estão sendo consideradas. Temos que ter a segurança e evitar de forma possível que tenhamos picos de demanda”, defendeu Albuquerque. O ministro está promovendo a necessidade de racionalizar o uso de energia e água.

Pedro Parente foi o “ministro do Apagão” do governo de FHC. Com a crise iniciada em 2001, assumiu o comando do grupo de resposta criado na época.

— “A hidrologia será um fator decisivo nos próximos meses, especialmente até novembro. O time do ministro Bento Albuquerque tem um diagnóstico correto da seriedade do momento e tem traçadas medidas para enfrentar o cenário”, afirmou Parente, em nota.

No meio disso tudo, Eletrobras. O senador Marcos Rogério (DEM/RO) foi designado relator da MP 1031. Desde o início da tramitação da matéria era a aposta do governo, pela relação do parlamentar com o setor elétrico e também com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM/MG).

— Lidar com as mudanças feitas na Câmara dos Deputados, chamadas pelos críticos de ‘jabutis’, será o principal desafio do senador. Há pressão do setor elétrico e de consumidores pela retirada total da previsão de contratação de 6 GW de termelétricas e outras políticas para contratação de PCHs, por exemplo.

Em epbr, Marcos Rogério é aposta do governo para privatização da Eletrobras

Canteiro de obras. “O Brasil ainda tem investimentos grandes para fazer no setor elétrico, principalmente em linhas de transmissão e geração”, disse André Pepitone, diretor geral da Aneel, durante comentários sobre a demanda de energia pós-pandemia. O consumo de energia está 7% maior este ano.

A agência estuda prorrogar a proibição de cortes. A medida excepcional, criada em razão dos impactos da covid-19, é válida até 30 de junho. Área técnica propõe estender até 31 de outubro. A medida vale para famílias de baixa renda e ainda precisa passar pela diretoria da Aneel (Estadão)

Mais preços. Otimismo externo impulsiona preços do óleo, e o interno, recuo do câmbio. O grupo OPEP+ decidiu manter o controle da produção vigente, levando o Brent futuro à máxima de US\$ 71,32 por barril, nível pré-pandemia.

— Nessa quarta (2/6), a variação foi de US\$ 70,94 a US\$ 70,35 nas primeiras horas de negociação.

— Indicadores da produção americana ajudaram investidores a afastar o temor de inflação, motivado pelo ciclo de alta de commodities, combinado com os estímulos criados desde o ano passado (Investing.com).

— OPEP+ conclui que a melhor estratégia, dados os fundamentos do mercado, é manter o aumento gradual da oferta de 2 milhões de barris/dia, como programado anteriormente. Os países, com a alta dos preços, têm mantido altos níveis de conformidade ao acordo.

— “Durante os próximos seis meses, vejo muito claramente que há uma forte recuperação da demanda de petróleo nos EUA, China, Europa e em outros lugares e se a OPEP+ mantiver suas

políticas atuais, poderemos ver uma diferença maior entre a oferta e a demanda”, avaliou Fatih Birol (IEA) em entrevista à Bloomberg.

Biodiesel: preços médios de referência (PMR) por litro definidos para o próximo leilão (L80) variam de R\$ 8,00 (sem Selo Social) a R\$ 8,04 (com Selo). São os preços-tetos para oferta na concorrência que vai abastecer o mercado entre julho e agosto (BiodieselBR).

— No ciclo anterior (entregas em maio e junho), o biodiesel foi comprado a R\$ 5,54, com deságio de 26,5% em relação ao PMR de R\$ 7,53 (todos valores médios). Pico superior a R\$ 7 por litro levou o MME à decidir pela redução da mistura em 3 pontos percentuais, para 10%, o que vale para o L80.

O dólar recua ao menor nível desde 21 de dezembro, após queda de 1,51%, para R\$ 5,146. Reação à divulgação do crescimento de 1,2% do PIB, acompanhada da valorização da bolsa brasileira, que se aproximou do patamar inédito de 130 mil pontos (Reuters).

O Grupo Ultra deve vender a Oxiteno até o fim de junho; disputa está entre três grupos internacionais, segundo o Estadão, em um negócio estimado em US\$ 1,5 bilhão

— Disputa está entre o fundo de private equity Advent e as petroquímicas Stepan e Indorama. Parte da estratégia é focar na disputa do mercado de combustível – o grupo controla a distribuidora Ipiranga e está na disputa pela refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), no Rio Grande do Sul.

A produção de petróleo no Brasil subiu 4,6% em abril na comparação mensal, para 2,974 milhões de barris/dia. A entrega de gás natural para o mercado foi de 53,5 milhões m³ por dia, aumento da ordem de 3 milhões de m³/dia (+6,6%).

— A produção nacional entrou novamente em uma tendência de alta observada desde dezembro de 2020. No segundo semestre do ano passado, pelo acúmulo de paradas programadas de produção que haviam sido adiadas em decorrência da covid-19, a produção chegou a retornar ao patamar de 2,7 milhões de barris/dia.

— A alta produtividade e o porte dos projetos do pré-sal, que representam mais de 72% da produção nacional, colaboram para a velocidade da retomada da produção. Os preços do petróleo também se recuperaram consideravelmente.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 02/06/2021

ANP PUBLICA PRÉ-EDITAL DO SEGUNDO LEILÃO DO EXCEDENTE DA CESSÃO ONEROSA

Por epbr - 2 de junho de 2021 - Em Petróleo e gás, Rodadas

A ANP publicou nesta quarta (2) o pré-edital e as minutas dos contratos para a licitação do excedente de petróleo da cessão onerosa dos campos de Sépia e Atapu, no pré-sal da Bacia de Santos. O leilão está marcado para 17 de dezembro e é a segunda tentativa do governo de vender o volume excedente de petróleo dos dois campos, depois de não despertarem interesse no leilão de 2019.

O pré-edital e as minutas dos contratos ficarão disponíveis para consulta pública por 25 dias, prazo inferior ao comumente aplicado para os leilões de petróleo, que é de 45 dias. No próximo dia 28, a ANP realiza, no Rio de Janeiro, audiência pública para discutir o leilão.

O Ministério de Minas e Energia (MME) passou os últimos meses articulando novas regras para facilitar o pagamento à Petrobras das indenizações por investimentos já realizados em Sépia e Atapu. O acordo entre a União e a estatal prevê indenização de, pelo menos, US\$ 6,4 bilhões pelos investimentos já feitos nas áreas. São US\$ 3,25 bilhões para Atapu e US\$ 3,2 bilhões para Sépia.

O governo também reduziu em 70% o bônus de assinatura das áreas, para R\$ 11,1 bilhões, e os valores mínimos de partilha do óleo com a União.

Para o campo de sépia, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou no mês passado bônus de assinatura de R\$ 7,138 bilhões e alíquota de partilha de 15,02%.

Já Atapu terá bônus de assinatura de R\$ 4,002 bilhões e alíquota de partilha de 5,89%.

Regras para coparticipação nos contratos

O governo também publicou, nesta terça (1), portaria que disciplina o acordo de coparticipação no leilão, mais uma tentativa de dar segurança jurídica aos possíveis investidores. A portaria prevê que o acordo de coparticipação deve ser assinado simultaneamente ao contrato de partilha da produção, quando o consórcio vencedor deverá informar o operador da área.

A intenção do governo é garantir acesso ao óleo aos novos sócios dos projetos já no primeiro dia de contrato. Para se ter uma ideia, o acordo de coparticipação da área de Búzios, licitada em novembro de 2019 e contratada em março de 2020, ainda não foi fechado.

Será preciso criar uma base comum de dados compartilhados, contendo modelos estáticos e dinâmicos do reservatório, bem como o modelo econômico com visão de projeto. Os dados vão orientar as discussões sobre o desenvolvimento, as redeterminações, a estimativa dos volumes recuperáveis da jazida e as previsões de produção.

Governo aposta na Petrobras

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, já indicou que a expectativa do governo de que a concorrência de outras empresas no leilão remanescente da cessão onerosa será para atuar, no máximo, em conjunto com a Petrobras.

“Eu acredito que nenhuma empresa vai entrar nesse leilão sem ter participação da Petrobras, porque a Petrobras já está produzindo nesses campos. E ela é considerada a empresa de petróleo mais qualificada para fazer produção em água profundas e ultraprofundas que é o caso dessa área de Sépia e Atapu”, afirmou em entrevista à CNN Brasil.

Para ele, a manifestação do direito de preferência da Petrobras é sinal de que a empresa provavelmente deve arrematar os blocos no leilão que está marcado para acontecer em dezembro deste ano.

Sócios devem formar consórcio

O ex-diretor-geral da ANP e atual CEO da Enauta, Décio Oddone, acredita que os consórcios formados pelas petroleiras Petrogal, Shell e Total devem se compor com a Petrobras para disputar o leilão.

Shell, Total e Petrogal já atuam junto com a Petrobras na jazida compartilhada de Atapu, área que reúne o contrato de cessão onerosa de Entorno de Lara, o contrato de concessão BM-S-11A (Oeste de Atapu) e área não contratada (Norte de Atapu).

Já em Sépia, o reservatório se estende até o bloco exploratório BM-S-24, onde está a descoberta de Júpiter, que é operado pela Petrobras (80%), que tem como sócia a Petrogal.

“No leilão original, além da grande dificuldade que existiu por conta da incerteza da compensação da Petrobras, você tinha também a situação de que a Petrobras não exerceu o direito de preferência. E quando fez as negociações não abria mão da operação e isso também foi um complicador”, comentou Oddone durante a epbr offshore week 2021.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 02/06/2021

LUIZ EDUARDO BARATA: TRANSIÇÃO PARA UMA MATRIZ ELÉTRICA DE BASE RENOVÁVEL PODE OCORRER NA PRÓXIMA DÉCADA

Por Nayara Machado e Cinthia Leone - 2 de junho de 2021 - Em Diálogos da Transição newsletter

Apresentada por

Editada por Nayara Machado

nayara.machado@epbr.com.br

A geração de energia a partir de renováveis, como eólica e solar, pode assumir o protagonismo na matriz elétrica brasileira no Brasil pós-2030, com hidrelétricas ocupando o papel que hoje é desempenhado pelas térmicas.

A avaliação é do engenheiro Luiz Eduardo Barata, ex-diretor do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Ele ocupou o cargo entre 2016 e maio de 2020.

Em entrevista à Diálogos da Transição, Barata afirma que a tendência será a de utilização dos reservatórios das hidrelétricas como base para expansão das fontes renováveis intermitentes, papel hoje atribuído às fontes despacháveis termoelétricas.

Por este caminho, existe a possibilidade de o país alcançar um mix de energia mais diversificado e limpo.

“Não podemos perder de vista que no mercado de energia nenhum planejamento é para o momento presente, tudo precisa ser pensado a muito longo prazo”, adverte.

Para o ex-diretor do ONS, a combinação de mudanças do clima, causadas pelo progressivo aquecimento da atmosfera do planeta, com a destruição de biomas produtores de água, como a floresta Amazônica, provoca graves impactos às usinas hidrelétricas brasileiras.

“Eu faço uma correlação direta entre mudanças climáticas, desmatamento e crise hídrica; a questão do impacto no suprimento de energia com relação a essa questão climática e reservatórios das nossas usinas hidrelétricas”.

Mais: Demanda por renováveis cresce no primeiro ano de pandemia; Brasil estende acionamento de térmicas e aumenta consumo de diesel

Risco energético e mudanças climáticas. Há décadas os cientistas alertam que o agravamento das mudanças climáticas globais tende a reduzir o padrão de chuvas das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste.

Estiagens severas, como as ocorridas no começo do século, entre 1999 e 2002 e entre 2013 e 2015, seriam mais frequentes.

A chegada de uma nova seca prolongada em 2020 — apenas cinco anos depois do último evento semelhante — confirma as projeções.

E Barata adiciona um elemento a essa equação: o desmatamento.

“Os maiores agressores do clima no Brasil são o desmatamento, a mobilidade e as térmicas a carvão concentradas na região Sul, que usam carvão de má qualidade, geram excesso de poluição e dependem de altos subsídios que o país inteiro paga”.

O papel do gás na transição. Como desligar todas as térmicas no país ainda não é possível, Barata defende o uso do gás para substituir usinas a óleo e a carvão, em uma espécie de redução de danos climáticos.

O gás atenderia a essa etapa intermediária para o abandono de fontes mais poluidoras, a exemplo do carvão – movimento visto em grandes mercados globais, como os EUA.

“É daí que vem a ideia de se considerar o gás como combustível de transição. O que não podemos é usar as térmicas para desenvolver o mercado de gás no país”, defende

Esse debate está colocado, novamente, na proposta de capitalização da Eletrobras.

Racionamento? “Não faz sentido falar em desabastecimento neste momento porque o Operador Nacional do Sistema acionará todas as térmicas e pode até importar energia do Uruguai e da Argentina”, diz.

O diagnóstico bate com o que vem sendo dito pelo governo: o suprimento está garantido. É preciso, contudo, racionalizar o uso de água e energia para minimizar o impacto dos preços.

Para explicar como o Brasil se tornou dependente das termelétricas, Barata recorda a crise de 2001, quando o país sofreu com apagões e racionamento de energia.

“A partir dali, ficou clara a necessidade de complementar a nossa matriz, que era quase exclusivamente hidrelétrica, mas o projeto inicial buscava termelétricas a gás, o que não ocorreu”.

Ao contrário, o que se observou entre 2001 e 2010 foi a expansão de usinas a óleo combustível, mais baratas de implantar, mais poluentes e que geram energia mais cara.

Essa escolha deu origem ao atual mix hidrotérmico em que a falta de chuvas faz o consumidor pagar mais caro na conta, explica.

Só a partir de 2011, alternativas renováveis como solar e eólica passaram a ganhar impulso.

Época de chuva, época de vento. A maior parte das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste vive o período seco de maio a outubro, quando a capacidade hidrelétrica cai e a conta de luz sobe com o acionamento das termelétricas.

Os ventos podem acabar com essa tradicional gangorra de preços porque é exatamente nessa época do ano que as eólicas geram mais energia. Com um papel importante da escala trazida pelos parques offshore.

“O vento segue a mesma trajetória do petróleo. Começou na terra, onde o custo de exploração é menor, depois vai para o mar”, compara.

“Eu estava entre os que pensavam que eólica offshore não faria muito sentido no Brasil e que só seria realidade bem depois de 2030, mas já há projetos em curso, antecipando esse novo mercado para a década atual, muito antes do que todo mundo previa”.

Barata é a favor do fim dos subsídios tanto para eólica como para energia solar porque os setores já seriam maduros e competitivos.

Curtas

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu criar um “gabinete de situação” para monitorar as condições do sistema elétrico nacional em 2021 e 2022 e propor medidas para evitar a escassez de energia no Brasil. O grupo vai se reunir semanalmente. A data da primeira reunião não foi informada. G1

O Congresso Nacional derrubou nesta terça (1) os vetos ao projeto de lei 5028/2019, que barravam a instauração de incentivos fiscais para a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). Sem os vetos, os valores recebidos por provedores de serviços ambientais no PSA serão retirados da base de cálculo de tributos federais sobre a renda. epbr

Uma pesquisa da Universidade de Berna, na Suíça, mostra que 37% das mortes causadas pelo calor nos últimos 30 anos podem ser atribuídas ao aquecimento global causado pelo homem. Segundo o estudo, o aumento da mortalidade associada às mudanças climáticas é evidente em todos os continentes. *Jornal da USP*

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta quarta (2) que a concretização de uma crise energética no Brasil pode afetar a condução da política monetária. Segundo Campos, eventos climáticos têm também impactos na taxa de juros neutra, aquela que permite o máximo de crescimento da economia sem acelerar a inflação. *Valor*

A Vale se comprometeu a proteger e recuperar mais 500 mil hectares de florestas no Brasil até 2030. A meta florestal irá contribuir para o objetivo da companhia de se tornar carbono neutra em 2050. No ano passado, o Fundo Vale implementou seis pilotos com diferentes modelos de sistemas agroflorestais e silvipastoris. *Broadcast*

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou nesta terça (1) a atualização da política de sustentabilidade com implementação de um plano de compensação ambiental até 2030. Objetivo é reduzir, permanentemente, a emissão de gases de efeito estufa resultante do funcionamento dos órgãos do Judiciário. *G1*

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 02/06/2021

RESPONSABILIDADE CLIMÁTICA: METAS ALCANÇAM AS EMPRESAS

Artigo por Natascha Trennepohl, sócia do escritório Trennepohl Advogados
Por – epbr- 2 de junho de 2021 - Em Colunas e opinião, Transição energética

A discussão sobre a responsabilidade das empresas na redução de emissões de gases de efeito estufa foi elevada a um novo patamar na semana passada com a decisão de uma corte holandesa que determinou a uma grande multinacional do setor de óleo e gás que reduzisse suas emissões em ao menos 45% até 2030.

O processo, movido por várias organizações não governamentais, argumentou que os planos de expansão do grupo, com previsão de investimentos em novas áreas de exploração de petróleo e gás, não eram compatíveis com as metas de redução divulgadas e estariam, assim, ignorando a responsabilidade do conglomerado em reduzir suas emissões.

A ação foi estruturada basicamente em dois pedidos: i) que o volume anual agregado de emissões das operações comerciais e dos produtos de energia vendidos pelo grupo fosse considerado um ato ilícito e ii) que o grupo fosse obrigada a limitar o volume absoluto de emissões, reduzindo até 2030 em pelo menos 45% as emissões em relação aos níveis de 2019.

A corte holandesa rejeitou o primeiro pedido e entendeu que embora os atos não pudessem ser considerados ilícitos, o conglomerado possuía sim a obrigação de reduzir suas emissões, acolhendo o segundo pedido e determinando que as emissões fossem reduzidas em ao menos 45% até 2030.

O tribunal não estabeleceu quais ações deveriam ser adotadas para alcançar esse percentual de redução que inclui os escopos 1 a 3 (emissões diretas, indiretas e de fornecedores/consumidores), ficando a cargo do grupo delinear quais medidas serão implementadas a partir da matriz holandesa, responsável pelo estabelecimento das políticas e metas globais, e que deverão ser seguidas pelas demais empresas do grupo.

A decisão tem caráter histórico porque, apesar de ainda ser passível de recurso, é a primeira vez que uma empresa é condenada nesse sentido e que instrumentos internacionais sem efeito jurídico vinculante direto para as empresas, como o Acordo de Paris e os Princípios Orientadores sobre

Empresas e Direitos Humanos da ONU (UNGPs), são utilizados para orientar a interpretação do código civil holandês quanto ao dever de cuidar e de respeito aos direitos humanos.

Ainda é cedo para se saber como vai acontecer a efetiva implementação do Acordo de Paris, mas a responsabilidade e o papel das empresas nas ações relacionadas com as mudanças climáticas ganharam um precedente importante e passaram para uma nova dimensão.

Compromissos mais concretos e efetivos quanto à redução de emissões de carbono passam a ser esperados e demandados, não apenas de governos, mas de empresas também. Essa decisão deve ser apenas o começo.

Natascha Trennepohl é sócia do escritório Trennepohl Advogados e doutoranda na Humboldt-Universität zu Berlin (Alemanha).

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 02/06/2021

MARCOS ROGÉRIO É APOSTA DO GOVERNO PARA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

Vice-líder do governo, senador atua na defesa do Planalto na CPI da Covid

Por Larissa Fafá - 1 de junho de 2021 - Em Congresso, Mercado de gás, Política energética, Setor elétrico

BRASÍLIA – O senador Marcos Rogério (DEM/RO) foi designado relator da MP 1031, da capitalização da Eletrobras, nesta terça (1º). Desde o início da tramitação da matéria, Rogério era a aposta do governo pela relação do parlamentar com o setor elétrico e também com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM/MG).

Nos últimos anos, o senador se aproximou do Ministério de Minas e Energia (MME) e ajudou a articular aprovação de pautas importantes da modernização do setor elétrico, quando foi relator do projeto que abriu possibilidade de resolver os passivos do risco hidrológico.

Há um consenso entre lideranças políticas que o texto da capitalização da Eletrobras dificilmente passará pelo crivo dos senadores sem quaisquer alterações.

O eventual retorno à Câmara dos Deputados aperta ainda mais o prazo para o governo. A MP 1031 precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional até 22 de junho, quando perde a validade.

O governo segue confiante, especialmente após a votação expressiva na Câmara, onde passou com 313 votos.

Essas informações foram adiantadas em maio pelo político epbr, serviço exclusivo de notícias para empresas da agência epbr.

Marcos Rogério é próximo do setor de energia

O vice-líder do governo no Congresso tem se destacado pelo apoio à política de Jair Bolsonaro na condução da pandemia de covid-19.

Faz parte da “tropa de choque” do governo na CPI da Covid.

Até o fim do ano passado, Marcos Rogério foi presidente da Comissão de Infraestrutura (CI) e é tido como um relator que pode ajustar as mudanças feitas pelos deputados ao relatório final da MP 1031.

Os pontos mais polêmicos da medida, contudo, colocaram as empresas do setor de energia e consumidores na oposição, contra a MP que passou na Câmara.

Deputados liberais favoráveis à MP original da privatização da Eletrobras – posição apoiada por boa parte do setor de energia – votaram contra o projeto apoiado pelo governo e apresentado por Elmar Nascimento (DEM/BA).

Lidar com as mudanças, chamadas pelos críticos de 'jabutis', será o principal desafio do senador.

Há pressão de parte do setor elétrico e de consumidores de energia pela retirada total da previsão de contratação de 6 GW de termelétricas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, bem como a prorrogação do ProInfa e contratação de PCHs, com regras para garantir a distribuição de novas usinas pelo país.

Essas contradições, resultado da guinada na posição do governo, seguem agora para o debate no Senado Federal.

Apoio ao incentivo para térmicas no passado

Durante a tramitação da Lei do Gás em 2020, Marcos Rogério votou favoravelmente à emenda do então relator Eduardo Braga (DEM/AM) com teor muito parecido com o relatório da MP da Eletrobras que a Câmara aprovou. Previa a construção de termelétricas na região Norte.

Nessa votação, o PT, liderado pelo senador Jean-Paul Prates, foi o maior defensor da retirada dos leilões locacionais de termelétricas inflexíveis e à gás natural no texto final.

O Jean-Paul defendeu a derrubada do artigo por entender que haveria um aumento do custo da energia em troca de favorecimento de um mercado que tem cada vez menos a participação da Petrobras.

Na época, a tentativa de Braga foi rechaçada também pelo líder do governo, Fernando Bezerra (MDB/PE), que considerava a proposta um subsídio-cruzado que elevaria o custo da energia. Uma diferença de cinco votos derrubou o texto.

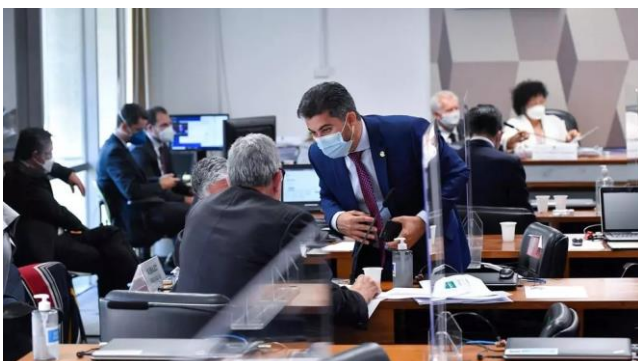
No fim das contas, a Lei do Gás voltou para a Câmara e outras alterações foram rejeitadas levando à sanção do texto original, como queria o governo.

Associações dos segmentos de geração e de consumidores veem nas medidas uma criação de reserva de mercado que podem pressionar a tarifa de luz.

Já o governo vem defendendo as mudanças desde a aprovação do texto na Câmara e minimizando qualquer possibilidade de aumento tarifário, já que o relatório também prevê a destinação de recursos da desotização para a CDE, visando à modicidade tarifária. Veja os destaques da MP no fim do texto.

As distribuidoras de gás representadas pela Abegás apoiam a contratação das térmicas. Para o segmento é uma solução para redução de gargalos de infraestrutura, ampliar o acesso ao gás natural e estimular o consumo do energético produzidos nos campos nacional.

Os produtores de gás, por sua vez, são contra.



Relator da MP da Eletrobras, Marcos Rogério, conversa com Eduardo Girão e Luiz Carlos Heinze – a 'tropa de choque' do governo na CPI da Covid (foto por Leopoldo Silva, da Agência Senado)

Destaques da MP

Contratação de usinas termoelétricas a gás natural, no total de 6 GW, sendo 5 GW no Norte e Centro-Oeste; e 1 GW no Nordeste. Inclui na lei critérios que normalmente o governo define – a modalidade de contratação, por leilão de reserva de capacidade, por exemplo.

- Se bem-sucedida, a política provocará investimentos em novas regiões, estimulando até mesmo a construção de “gasodutos estruturantes”. A crítica dos liberais – incluindo o governo – é quanto ao risco de forçar a viabilização de projetos que não seriam competitivos sem esse estímulo adicional.
- Os freios: usinas deverão respeitar o preço-teto do leilão A-6 (energia nova) de 2019, de R\$ 292 por MWh, atualizado até a realização da nova concorrência.

Prorrogação dos contratos do Proinfa por 20 anos. O programa foi criado em 2004 para estimular as energias renováveis (PCHs, biomassa e eólicas). É bancado pela CDE, a conta do setor elétrico paga pelos consumidores que financiam as políticas setoriais; o fundo dos subsidio, que o governo vem passo-a-passo tentando reduzir.

- Inclui a antecipação de cotas para as PCHs. Até a fonte atingir 2 GW em leilões regulados para o mercado cativo, as PCHs deverão atender metade da demanda declarada das distribuidoras; depois, o piso cai para 40% nos leilões realizados até 2026.
- Há também critérios locacionais. Preferência para estados de acordo com a potência habilitada nos leilões, até o limite de 25% da capacidade. Na prática, fica assim: a proposta privilegia regiões de maior potencial, mas o teto de 25% impede que um estado concentre todos os projetos. Benefício especialmente para Centro-Oeste e para o Paraná.
- Os freios: novamente, o limite será o preço-teto do A-6 de 2019, de R\$ 285 por MWh, atualizado. Vale para as usinas beneficiadas pelo Proinfa, que contará também com a mudança no indexador de reajuste dos valores repassados para o programa, do IGPM para o IPCA. O IGPM, mais sensível ao câmbio, disparou de 2020 para cá.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 02/06/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

ASSOCIAÇÕES DO SETOR ELÉTRICO DIZEM QUE ALTERAÇÕES NA MP DA ELETROBRAS TERÃO IMPACTO DE R\$ 41,2 BI

Governo contesta argumentos usados por entidades

Por Manoel Ventura

BRASÍLIA — Associações do setor elétrico dizem que mudanças feitas pela Câmara na medida provisória (MP) que permite a privatização da Eletrobras irão gerar um impacto de R\$ 41,2 bilhões para os consumidores residenciais e industriais de energia ao longo dos próximos anos.

Uma nota assinada por dez entidades do setor pede que o Senado retome o texto original do governo. O Congresso precisa aprovar a MP até o dia 22 para ela não perder validade. As associações do setor estimam um impacto de R\$ 23,3 bilhões para os consumidores residenciais e R\$ 17,9 para os grandes consumidores — como indústria e shoppings.

A conta não leva em consideração, por outro lado, um ganho de cerca de R\$ 25 bilhões que os consumidores residenciais terão com a privatização da Eletrobras. Esses recursos terão que ser alocados pela Eletrobras privada num fundo que banca políticas públicas relacionadas ao setor.

A principal crítica feita ao texto da Câmara é a obrigação de contratação de 6 gigawatts (GW) de energia de termelétricas movidas a gás natural no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

As associações dizem que isso irá gerar um custo de R\$ 39,2 bilhões aos consumidores, na medida em que será necessário construir gasodutos onde não há o suprimento.

“Essa contratação exigirá a implantação de novos gasodutos de grande extensão para levar o gás até as usinas termelétricas fósseis, bem como de custosos reforços no sistema de transmissão para trazer a energia elétrica por elas gerada de volta ao centro de carga, já que o sistema de transmissão existente não tem essa capacidade disponível”, dizem as associações.

O governo rebate esse argumento argumentando que o texto da Câmara não diz em que localidades das regiões as termelétricas serão instaladas, sendo possível implementar as unidades geradoras em locais próximos a campos de gás natural. A equipe econômica também diz que essas térmicas a gás irão substituir térmicas a óleo diesel, mais caras.

As termelétricas a gás serão contratadas num leilão de energia no fim do ano a um preço limite de R\$ 300 por megawatt/hora (MW/h), enquanto as usinas a óleo rodam cobrando mais de R\$ 800 o MW/h. O país recorre com frequência a usinas a óleo por conta do baixo volume dos reservatórios das hidrelétricas.

Para as associações, as usinas ficarão em “localização remota”, o que implicará grande sobrecusto para os consumidores de energia elétrica, quando comparado com localizá-las próxima aos pontos de chegada do gás dos campos offshore no continente.

Outro ponto criticado pelas associações do setor é a obrigação de contratar 2 GW de energia gerada por Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Para as associações do setor, isso gerará um custo de R\$ 7,5 bilhões aos consumidores.

— Nós somos favoráveis à privatização, mas no modelo proposto pelo governo. As exigências da Câmara destroem o planejamento do setor elétrico. Eu nunca vi uma lei estabelecer o local de uma térmica. Cria uma reserva de mercado. A gente não é contra nem térmica e nem PCHs, mas desejaria que elas fossem inserida na matriz de maneira competitiva — disse o presidente da associação de autoprodutores de energia, Mário Menel, um dos signatários da carta.

Parte desses custos, dizem as associações, foi compensada com a destinação do lucro de Itaipu, a partir de 2023, para os consumidores e outras mudanças de menor impacto, com efeito líquido positivo de R\$ 5,5 bilhões.

A associação das distribuidoras de gás natural (Abegás) rebate os argumentos das entidades do setor elétrico. E cita que a falta de termelétricas com geração de energia constante ajudou a criar a crise hídrica pela qual o país está passando.

— A MP da Eletrobras não fala de gasoduto, porque isso é um investimento privado que vai acontecer com base em tarifas definidas pela Agência Nacional de Petróleo. Outro ponto é um sinal de consumo de gás natural, que hoje é reinjetado nos campos de petróleo. Essas térmicas teriam um benefício da ordem de R\$ 9 a R\$ 10 bilhões aos consumidores — disse o presidente da Abegás, Augusto Salomon.

O senador Marcos Rogério (DEM-RO), da tropa de choque do governo na CPI da Covid, foi escolhido o relator da MP, que deve ser votada no Senado na próxima semana. Senadores acreditam que são poucas as chances de o texto ser alterado significativamente, já que a construção de termelétricas é uma demanda antiga do Senado. Nesta quarta-feira, ele prometeu diálogo com os diversos setores que serão impactados pela medida provisória.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 02/06/2021

DÓLAR FECHA EM R\$ 5,08, MENOR NÍVEL DESDE 17 DE DEZEMBRO; IBOVESPA BATE NOVO RECORDE

Ações da B3 caem com rumores sobre a possibilidade de a XP criar uma concorrente para a bolsa brasileira

O Globo, agências internacionais e

RIO — O Ibovespa fechou em alta de 1,04% nesta quarta-feira, aos 129.601 pontos, renovando seu recorde histórico pelo quarto dia consecutivo. O índice foi puxado principalmente pelas ações da Petrobras e de bancos, além da BRF e da Vale.

Após apresentar altas no início do pregão, o dólar operou em queda ante o real nesta quarta-feira, intensificando o movimento visto no dia anterior, quando a moeda fechou no menor nível de 2021.

O dólar comercial caiu 1,22%, cotado a R\$ 5,0839. Esse é o menor patamar desde 17 de dezembro (R\$ 5,0782).

A valorização do real está relacionada ao bom desempenho do PIB, divulgado nesta terça-feira. Com as perspectivas de retomada da economia brasileira, investidores aproveitam para comprar o real, aproveitando a depreciação sofrida pela moeda nos últimos anos, que abriu espaço para alta.

As ações ordinárias da Petrobras (PETR3) lideraram as altas do dia, encerrando o pregão com valorização de 4,96%. Já as preferenciais (PETR4) subiram 2,82%.

A companhia anunciou nesta quarta-feira que pretende oferecer uma nova série de títulos no mercado internacional, por meio da subsidiária Petrobras Global Finance (PGF), apontando que a emissão está “sujeita às condições de mercado”.

Os títulos terão vencimento em 10 de junho de 2051. Ao mesmo tempo, a estatal também anunciou o início de uma oferta de recompra de títulos globais da PGF, prevendo utilizar até 2,5 bilhões de dólares nas operações.

Barril de petróleo ultrapassa US\$ 70

A alta no preço do barril de petróleo também ajudou a Petrobras. O Brent encerrou o dia em alta de 1,04%, enquanto o WTI subiu 1,11%.

Sinais de recuperação econômica nos Estados Unidos e Europa alimentaram o otimismo dos produtores de petróleo, contribuindo para que o Brent fechasse acima dos US\$ 70 por dois dias seguidos e pela primeira vez em mais de dois anos.

As ações Banco do Brasil (BBAS3) tiveram valorização de 3,59%, enquanto as do Itaú (ITUB4) subiram 3,33%, e os papéis do Bradesco (BBDC4) fecharam em alta de 3,9%.

Após especulações de uma nova compra de ações da BRF (BRFS3) pelo dono da Marfrig, Marcos Molina, os papéis da empresa subiram 4,36%, enquanto a Marfrig (MRFG3) teve alta de 2,38%.

A Vale (VALE3) manteve a tendência de valorização dos últimos dias, e subiu 1,41%.

Ações da B3 caem com possível concorrência da XP

As ações da B3 (B3SA3), por sua vez, tiveram a maior queda do dia entre os papéis do Ibovespa, com baixa de 3,9%, no dia seguinte ao anúncio de que José de Menezes Berenguer Neto havia renunciado ao cargo de membro do conselho de administração da companhia.

Berenguer é o principal executivo do Banco XP, e a sua substituição pelo CEO do Banco Inter, José Menin, no conselho de administração da B3 gerou questionamentos sobre a possibilidade de a XP estar prestes a criar uma concorrente para a bolsa brasileira, conforme relatório do J.P. Morgan.

Com isso, a instituição rebaixou a recomendação da B3 de compra para neutra, com preço-alvo de R\$ 23 para R\$ 21.

— O principal receio dos investidores com relação à B3 é de fato a chegada de um concorrente, já que a XP já possui cerca de 20% do volume da Bolsa — explica Luis Sales, estrategista-chefe da Guide Investimentos.

De acordo com o relatório do J.P. Morgan, a saída da XP do conselho de administração da B3 pode ser encarada como uma forma de evitar o conflito de interesses no caso da criação de uma nova bolsa no curto prazo.

Bolsas no exterior

O índice Dow Jones encerrou o dia praticamente estável, com leve alta de 0,07%. O S&P subiu 0,14%, enquanto Nasdaq teve queda de 1,48%.

Na Europa, as bolsas fecharam com ganhos, impulsionadas por petroleiras. A Bolsa de Londres subiu 0,39%. Em Frankfurt, houve alta de 0,23% e, em Paris, de 0,50%.

As bolsas asiáticas fecharam com sinais contrários. O índice Nikkei 40, da Bolsa de Tóquio, subiu 0,46%. Em Hong Kong, houve queda de 0,58% e, na China, de 0,76%.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 02/06/2021

HOTELARIA REAGE A ACORDO DA PREFEITURA DO RIO COM AIRBNB

Por Mariana Barbosa

O Rio de Janeiro perdeu mais do que um 'maracanã' de empregos ano passado | Foto de arquivo/Custódio Coimbra
A Associação Brasileira de Hotelaria está pressionando para tentar melar o acordo da prefeitura do Rio com o Airbnb, noticiado pela coluna no sábado.

O contrato está sob análise da Procuradoria Geral do Município e a expectativa é que seja assinado pelo prefeito Eduardo Paes nos próximos dias. A coluna apurou que não há nenhuma sinalização por parte da prefeitura, até o momento, de que o acordo não será assinado.

A parceria prevê o compartilhamento de dados e a promoção do Rio na plataforma do Airbnb, sem desembolso de recursos por parte da prefeitura.

Manoel Linhares, presidente da ABIH-Nacional e conhecido por sua oposição ferrenha à plataforma de alugueis por temporada diz que o acordo é um “desrespeito” com a hotelaria: — Ainda mais neste momento difícil de crise do setor e em que a gente vem lutando para que o Airbnb pague impostos — disse.

Quando um acordo similar foi fechado em São Paulo, em outubro no ano passado, houve um racha na associação das redes hoteleiras. O presidente da ABIH-SP, Ricardo Roman, não só entendeu que o acordo seria positivo para o turismo do Estado, como firmou um acordo da associação com o Airbnb visando a promoção do destino e o compartilhamento de dados. Porém, o acordo foi firmado sob forte oposição da ABIH-Nacional.

O próximo alvo de Linhares é o Ceará, seu estado natal, onde um acordo similar com o Airbnb está para ser celebrado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 02/06/2021

BOLSONARO SANCIONA LEI QUE VAI PERMITIR PAGAMENTO DE PEDÁGIO POR KILÔMETRO RODADO

Contran ainda terá de regulamentar sistema com reconhecimento visual automático de placas ou de identificação de chips nos carros para substituir cabines em vias



BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta quarta-feira a Lei 14.157/2021, que permite a implantação do sistema de livre passagem (free flow) em pedágios de rodovias e vias urbanas. Com isso, na prática, torna-se possível que os motoristas paguem a tarifa de acordo com a quilometragem percorrida.

O presidente vetou trecho que exigia do Executivo a regulamentação da norma em até 180 dias.

A lei sancionada vem de um projeto de autoria do então deputado e hoje senador Esperidião Amin (PP-SC), que foi aprovado no Congresso e aguardava sanção presidencial para entrar em vigor.

Como vai funcionar

Para que haja a cobrança proporcional por quilômetros rodados, será preciso instalar um sistema de reconhecimento visual automático de placas ou de identificação de chips instalados na licença dos veículos por meio de uma tecnologia de rádio.

A RODOVIA RIO-JUIZ DE FORA EM IMAGENS

1 de 7

O contrato da Concer para operação da BR-040 se encerra no dia 1º de março de 2021 Foto: Hermes de Paula / Agencia O Glob / Agência O Globo

O serviço prestado pela concessionária não foi bem avaliado pelo governo. Na foto, uma ponte inacabada na descida da Serra de Petrópolis Foto: Hermes de Paula / Agencia O Glob / Agência O Globo

Com o fim do contrato, o DNIT já prepara licitações para serviços de manutenção da pista Foto: Hermes de Paula / Agencia O Glob / Agência O Globo

Durante o tempo em que ficar sem concessionária, a rodovia não cobrará pedágio Foto: Hermes de Paula / Agencia O Glob / Agência O Globo

O fluxo deste trecho da rodovia é mais turístico, o que diminui o potencial de receitas Foto: Hermes de Paula / Agencia O Glob / Agência O Globo

Para atrair investidores, o governo estuda ampliar estender o trecho até Belo Horizonte ou Sete Lagoas Foto: Hermes de Paula / Agencia O Glob / Agência O Globo

Mas a nova concessionária terá que investir em obras Foto: Hermes de Paula / Agencia O Glob / Agência O Globo

Agora, caberá ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran) regulamentar a medida. De acordo com a Confederação Nacional do Transporte (CNT), esse tipo de sistema já foi implantado em quatro rodovias do Estado de São Paulo e está em fase de testes.

Depois da regulamentação, caberá à Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) fiscalizar e aplicar a multa classificada como grave (cobrança de R\$ 195,23 e perda cinco pontos na carteira de motorista), em caso de alguma infração do motorista para burlar o sistema.

Fim da praça de pedágio

Pelo novo modelo, a praça física com cabines para controlar o pagamento do pedágio deixará de existir.

“A recomposição das perdas de receita das concessionárias com o não pagamento da tarifa será limitada ao total arrecadado com multa específica da infração de trânsito para quem fugir do pedágio”, informou a Agência Câmara.

Nos contratos de concessão de rodovias vigentes e naqueles em que não seja possível implementar o sistema, a regulamentação deverá prever termos aditivos para viabilizar benefícios tarifários a usuários frequentes.

Fonte: *O Globo* - RJ

Data: 02/06/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

A SURPRESA E OS RISCOS PARA O AVANÇO DO PIB

A economia mostra mais resiliência do que a esperada, mas ainda há riscos no caminho

Por *Celso Ming, O Estado de S.Paulo*

Já sabemos que o avanço do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre sobre o anterior, de 1,2%, surpreendeu os analistas e pessoas comuns.

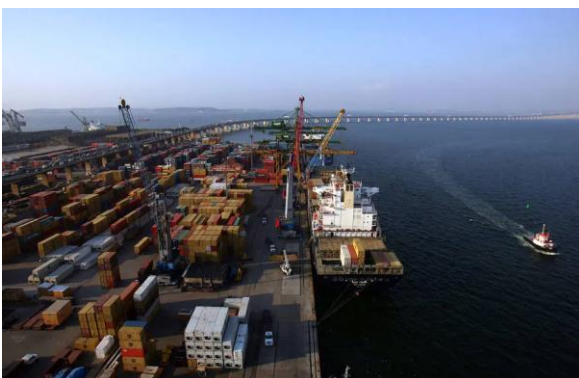
Quase ninguém fora dos segmentos do agronegócio e do setor exportador tinha a percepção de que a economia vinha bombando para fechar o ano, provavelmente, ao redor dos 5% ao ano.

Ao contrário, toda a mídia apontava para os limitadores de um forte crescimento. Observações de entidades de classe e de economistas de que o consumidor está sumido, de que há milhares de empresas falindo ou, simplesmente, fechando suas portas e de que a taxa de desocupação de 14,7% no primeiro trimestre deste ano, ou 14,8 milhões de desempregados no País, mais os 6 milhões de desalentados explicavam demanda e produção mais fracas.

No entanto, "la nave va", como diz o título do belo filme de Fellini. Com base nesse resultado, os analistas apressaram-se a rever para cima suas projeções de crescimento do PIB do Brasil em 2021. O Goldman Sachs e o BNP Paribas, por exemplo, passaram a trabalhar com avanço do PIB de 5,5%; o Bank of America (BofA), com 5,2%; o Citi, com 5,1%; o Itaú, com 5,0%; o Credit Suisse e o J.P. Morgan, com 4,9%; o Bradesco, com 4,8%.

Os fatores que contribuem para a obtenção desse resultado positivo são conhecidos: é o excelente desempenho da economia global; a grande procura no exterior por commodities metálicas e alimentares; e o auxílio emergencial distribuído pelo governo que, mesmo a conta-gotas, ajuda o consumo. Também não se pode desprezar o efeito vacina: são quase 50 milhões os imunizados pelo menos com a primeira dose. Outros 15 milhões se recuperaram da doença e, portanto, já carregam anticorpos. Cerca de 65 milhões estão praticamente fora do alcance do coronavírus e isso começa a fazer diferença no mercado de trabalho e no consumo.

A economia mostra mais resiliência do que a esperada. Mas convém examinar o que pode atrapalhar.



Como o consumo (tanto das famílias como do governo) caiu 1% no primeiro trimestre, em relação ao último trimestre de 2020, boa parte da recuperação se deve à formação de estoques. Uma das explicações é relativamente simples.

O Produto Interno Bruto (PIB, valor de tudo o que é produzido na economia em determinado período) cresceu 1,2% no primeiro trimestre, na comparação com os últimos três meses do ano passado. Foto: Fábio Motta/Estadão

Nos últimos 40 anos, as empresas (e não só as

indústrias) aprenderam a trabalhar no regime just in time, pelo qual o suprimento de matérias-primas, peças, componentes e produtos acabados é feito à medida que requerido na produção ou na montagem. Com isso, reduzem-se substancialmente os custos com formação de estoques. Ora, a pandemia interrompeu grande parte desses fluxos. Fontes de suprimento, navios, aviões, funcionamento dos portos e aeroportos tiveram de paralisar ao menos temporariamente suas atividades. Faltou e continua faltando muita coisa. Essa foi, por exemplo, a principal razão pela qual a Volkswagen foi obrigada a paralisar suas atividades em duas de suas unidades por 10 dias a partir de 7 de junho.

Uma vez retomadas as atividades, grande número de empresas passou a operar não só com força total como, também, voltou a empilhar estoques. Uma vez regularizadas as cadeias de produção e distribuição, a atividade econômica deverá reduzir a atual velocidade de recuperação.

O outro enorme limitador é o desemprego recorde, já mencionado. Quem imagina que a retomada reabrirá postos de trabalho fechados durante a pandemia deve desconfiar dessa hipótese. As empresas aprenderam a trabalhar com menos gente, seja porque reorganizaram ou transferiram parte de suas linhas de produção, seja porque aumentaram o uso de tecnologia poupadora de mão de obra. Se o emprego continuará apertado, segue-se, também, que a demanda continuará por enfrentar novas limitações.

E tem a inflação que, neste ano, irá para algo como 5,5% ou 6,0%. Até há algumas semanas, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, focava suas advertências no caráter temporário da alta. Agora, mudou de tom. Prefere admitir que a inflação aumentará. Devem puxá-la as tarifas de energia, os preços dos combustíveis e os dos alimentos que têm tratamento de commodities. Inflação é redução do poder aquisitivo e menos avanço do PIB.

E há os riscos: o de uma nova onda de covid-19; aumento da resistência à aprovação das reformas; e de uma deterioração da situação política.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 02/06/2021

NX SANEAMENTO, CONTROLADA PELA AEGEA, PREVÊ INVESTIR R\$ 500 MILHÕES EM 50 CIDADES

Por Juliana Estigarríbia



Estação de tratamento da Cedae, que teve dois blocos arrematados pela Aegea, controladora da NX. Foto: Divulgação

A NX Saneamento, de Cuiabá (MT), planeja investir aproximadamente R\$ 500 milhões nos próximos cinco anos em obras de distribuição de água potável e redes de esgoto em pelo menos 50 cidades das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Com a aprovação recente do novo marco regulatório do saneamento, as empresas estão apostando alto na expansão do setor. Nesse horizonte, a NX pretende apoiar-se em sua experiência regional e em parceiros para avançar como um competidor de peso. A NX tem como controladora, com 51% de participação, a Aegea, que ganhou destaque após arrematar dois blocos no leilão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae).

Aporte pode chegar a cerca de R\$ 3 bilhões

No período das concessões da NX, o aporte total da companhia pode saltar para aproximadamente R\$ 3 bilhões, a depender do amadurecimento dos estudos de viabilidade econômica dos projetos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 02/06/2021

AGRO E INVESTIMENTO SÃO DESTAQUES NO PIB

Crescimento da economia no 1º tri veio forte e acima das projeções. Alguns pontos, porém, permanecem obscuros, como as razões para uma demanda bem menor que a produção.

Por Fernando Dantas

O PIB do 1º trimestre veio acima da mediana do Projeções Broadcast tanto na comparação (dessazonalizada) com o 4º tri (+1,2%) como comparado ao 1º tri de 2020 (+1%).

Um primeiro destaque do PIB do primeiro trimestre, como indica o economista e consultor Alexandre Schwartzman, ex-diretor do Banco Central, foi a agropecuária, que cresceu bem acima do esperado, registrando 5,7% ante o 4º tri, na série dessazonalizada, e 5,2% na comparação com o 1º tri de 2020.

Schwartzman observa que, tomando-se o valor adicionado em termos absolutos, já dessazonalizado, o PIB trimestral saiu de R\$ 1,761 trilhão no quarto trimestre do ano passado para R\$ 1,778 trilhão no primeiro trimestre deste ano, com um aumento de R\$ 17 bilhões. Desse acréscimo, a agropecuária contribuiu com R\$ 9 bilhões, ou seja, pouco mais da metade. Serviços e indústria contribuíram com aproximadamente R\$ 5 bilhões e R\$ 2 bilhões.

Já Luana Miranda, economista da gestora Gap Asset, no Rio, chama a atenção para o desempenho dos investimentos (alta de 4,6% ante o 4º tri e de 17% ante o 1º tri de 2020), que já está 19% acima do nível pré-crise, isto é, do quarto trimestre de 2019, na série dessazonalizada.

Há uma grande discussão entre os economistas sobre até que ponto esse ótimo resultado pode ter sido influenciado por questões meramente contábeis sobre a forma como plataformas de petróleo são incluídas nas Contas Nacionais – forma esta que sofreu mudanças.

Miranda destaca essa questão, que lança alguma dúvida sobre o verdadeiro grau da retomada do investimentos, mas diz que ainda assim é provável que o desempenho do segmento tenha de fato sido bastante bom.

Ela nota que a produção de bens de capital da pesquisa da produção industrial do IBGE (PIM-PF) aponta uma alta de 20% no primeiro trimestre deste ano, na comparação com o 4º tri de 2019, na série dessazonalizada.

“Pode ter a questão das plataformas? Pode, mas a produção de bens de capital está bem acima do nível pré-crise”, comenta a analista.

Há, entretanto, outro ponto de dúvida na interpretação dos dados do PIB do primeiro trimestre.

Como nota Schwartzman, o PIB cresceu 1,2% no primeiro trimestre, ante o quarto na série dessazonalizada, mas a demanda, na mesma base de comparação, contraiu-se em 0,6%.

“Não é que isso nunca aconteça, só que é raro e a discrepância está grande”, diz o economista.

A demanda é a soma do consumo das famílias, consumo do governo, investimentos (mais tecnicamente, formação bruta de capital fixo) e exportações, subtraída das importações.

A interpretação desse disparidade ainda não está clara para Schwartzman. Ele nota que, em termos contábeis, se a produção foi maior que a demanda, a diferença são estoques. Mas há que se ver o que ocorreu na economia real.

Na agropecuária, por exemplo, seria possível que a produção num trimestre fosse exportada no seguinte, do ponto de vista do registro nas Contas Nacionais. Isso configura uma situação diferente de um acúmulo de estoques que sinaliza freio na produção.



De qualquer forma, tanto Miranda quanto Schwartzman chamam a atenção que o “carregamento estatístico” para o ano ficou muito alto, próximo a 5% (dependendo da metodologia, poderia ser um pouco menor, em torno de 4,5%, diz a economista).

Traduzindo o economês, o carregamento significa o crescimento do PIB em 2021 caso não haja mais expansão na margem nos três trimestres que faltam para o ano. Em outras palavras, um nível próximo a 5% pode começar a parecer piso para o PIB do ano, com as projeções tendendo a ir daí para 5,5%, quem sabe até 6% entre os mais otimistas.

Há uma ressalva, claro, como coloca Schwartzman. Isso pode mudar “se acontecer alguma coisa horrorosa em termos da crise sanitária ou da hidrologia [referência à possibilidade de apagão]”.

Revelador do viés de cada economista, ambos os ouvidos nesta coluna veem um crescimento do PIB na margem no segundo trimestre próximo a zero, mas Miranda “no positivo”, e Schwartzman, no negativo.

Não há muita coisa divulgada já sobre o segundo trimestre, mas o consultor chama a atenção sobre a possibilidade de o consumo continuar fraco (caiu 0,8% ante o 4º tri na série dessazonalizada) e diz que “em abril a indicação é que foi meio de lado”.

Já Miranda destaca bons índices de confiança em maio, e sinais positivos como venda de veículos e indicadores de mobilidade.

Em relação ao segundo semestre, a economista considera que os resultados ainda fracos de segmentos como serviços do governo e outros serviços podem até indicar espaço para novas surpresas positivas de crescimento, se a vacinação contiver a pandemia.

A razão é que o setor de serviços como um todo corresponde a cerca de 2/3 do PIB, e assim o seu “religamento” completo poderia ter um efeito positivo muito significativo no resultado final do ano.

Fernando Dantas é colunista do Broadcast (fernando.dantas@estadao.com)

Esta coluna foi publicada pelo Broadcast em 1/6/2021, terça-feira.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 02/06/2021

FOI ERRO ACHAR QUE A RETOMADA NO BRASIL FICARIA AQUÉM DO RESTO DO MUNDO, DIZ ESTRATEGISTA DA BOFA

Para David Beker, alta de 1,20% no PIB no primeiro trimestre mostra que houve muito pessimismo na avaliação do cenário para 2021 devido à redução do auxílio emergencial e às preocupações com a segunda onda de covid-19

Por Thaís Barcellos, O Estado de S.Paulo

Entrevista com

David Beker, chefe de Economia e Estratégia do Bank of America (BoFA) no Brasil

O crescimento de 1,20% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre mostrou que houve muito pessimismo na avaliação do cenário para 2021 devido à redução do auxílio emergencial e às preocupações com a segunda onda de covid-19, avalia o chefe de Economia e Estratégia do Bank of America (BoFA) no Brasil, David Beker, em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast.

"Vimos as economias se recuperando basicamente de uma desaceleração muito importante no ano passado por conta do choque da pandemia. O que estamos vendo no Brasil é similar ao que está acontecendo nos outros países. Talvez o nosso erro foi imaginar que o Brasil teria um

comportamento diferente, muito aquém do resto", pontua Beker, que elevou a expectativa do PIB em 2021 de 3,40% para 5,20%.

Com crescimento mais forte e inflação mais alta, estimada em 5,90% no fim do ano, o BofA também elevou a projeção para a Selic no fim de 2021, de 5,00% para 6,00% ao ano. Beker espera que o BC sinalize redução no ritmo de aumento dos juros, que tem ocorrido com altas de 0,75 ponto percentual - a taxa básica de juros está atualmente em 3,50% ao ano.

O estrategista comenta que a melhora fiscal em 2021 não é estrutural, mas reduz o risco de a dívida ficar insustentável. Apesar disso, diz que é cedo para influenciar uma decisão de rating do Brasil, ponderando que pode haver alguma melhora da perspectiva ao longo do tempo.



O chefe de Economia e Estratégia do Bank of America (BofA) no Brasil, David Beker. Foto: Reprodução/TV Estadão

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed, banco central americano) deve anunciar o "caminho das pedras" da normalização da política monetária nos próximos meses, mas a expectativa é que a retirada dos estímulos só ocorra em 2022. Leia abaixo os principais trechos da entrevista.

O que explica a surpresa positiva com o PIB e a forte revisão para o crescimento este ano?

A verdade é que, quando estávamos fazendo o cenário para este ano, diria que estávamos com pessimismo muito grande de como a atividade iria se comportar dada a redução do auxílio emergencial, que a gente sabia que teria uma queda importante frente a 2020. E a segunda coisa é que estávamos preocupados com a segunda onda e como isso iria afetar o comportamento das pessoas. Mas o que os dados estão mostrando é que, primeiro, as pessoas acabaram se adaptando a essa nova realidade. É claro que tem um longo caminho pela frente, as pessoas ainda precisam ter imunidade para ter confiança em voltar aos seus hábitos anteriores. Mas, em termos de atividade, estamos saindo de um patamar muito baixo e as pessoas vão "aprendendo" a viver nessa nova realidade, tudo isso ajuda a explicar dados mais fortes. Com isso e, dado que a gente já espera um segundo trimestre de atividade forte, uma vez que se compara com o ano passado fraco, nossa visão é que a atividade está surpreendendo e nos levou à revisão para o PIB do ano para cima de 5,0%. Vamos monitorar porque os números do PIB do primeiro trimestre foram até um pouco melhores do que a gente esperava.

Pode ser até um crescimento maior que 5,20% este ano?

O risco, olhando os dados neste momento, é de uma atividade mais forte, mas eu diria que é muito cedo para bater o martelo. Mas a atividade está mais robusta do que a gente imaginou.

Quais são os principais riscos ao crescimento de 5,20% este ano?

O primeiro é a evolução da pandemia e a da vacinação. Esse é um fator-chave. Nossa expectativa é de que a população elegível à vacina já esteja imunizada na virada do terceiro para o quarto trimestre. Também há os riscos de terceira onda. Já chegou a haver aumento de casos e de ocupação hospitalar. Fora isso, tem a questão da hidrologia. Temos visto os níveis de reservatórios caindo e, dependendo de como as chuvas vão se comportar adiante, se tivermos restrição de oferta de energia, isso terá um impacto.

Apesar do desempenho surpreendente do PIB, é possível dizer que teríamos ainda um crescimento maior se não fosse a situação tão crítica da pandemia no País?

Eu colocaria resposta de forma diferente. Se olharmos o crescimento da China no início do ano em relação ao período em que tiveram a pandemia, houve um dado muito forte. Vimos a mesma coisa nos Estados Unidos. Vimos as economias se recuperando basicamente de uma desaceleração muito importante no ano passado por conta do choque da pandemia. O que estamos vendo no Brasil é

similar ao que está acontecendo nos outros países. Talvez o nosso erro foi imaginar que o Brasil teria um comportamento diferente, muito aquém do resto. Não está acontecendo, está havendo trajetória de recuperação. Claramente, o fator-chave é conseguir vacinar a população e possibilitar retorno ao padrão de comportamento das pessoas do pré-pandemia.

Passada a recuperação do tombo devido à pandemia, qual é a perspectiva para 2022?

Tem a questão da base, um crescimento mais alto este ano dificulta uma expansão muito elevada no ano que vem. Em 2022, teremos os desafios estruturais para o Brasil: um desemprego elevado, um consumidor que já está alavancado, a questão eleitoral, que sempre traz volatilidade e afeta decisões de consumo e investimento. Esse é o conjunto que nos leva a projetar alta de 2,1% do PIB em 2022. Mas eu diria que crescer 2,1% depois de crescer 5,2% é um resultado bastante razoável, é um número bom.

O câmbio é um risco para a inflação de 2022, considerando os riscos eleitorais?

Projetamos R\$ 5,20 para o câmbio no fim deste ano, mas o risco talvez seja de um câmbio mais forte. No ano que vem, historicamente falando, sempre tivemos volatilidade alta (em período eleitoral). Mas é muito cedo para ter convicção alta com o nível do câmbio no ano que vem, porque mal sabemos quem serão os candidatos. As pesquisas de hoje não significam nada. Eu diria que é muito cedo para ter alta convicção, mas, no curto prazo, a chance é de real mais forte.

Por causa do crescimento econômico mais forte?

Crescimento mais alto, preços de commodities em patamar elevado, exportações têm surpreendido. Tem tido entrada de recursos na Bolsa de investidores internacionais. Acho que o crescimento define bem. Na medida em que as pessoas ficam mais construtivas com o crescimento, esse fluxo em busca do crescimento acaba acontecendo. Então, é isso que estamos vivendo neste momento. A cotação do real acaba dependendo muito do que está acontecendo com o dólar.

A projeção para Selic subiu de 5,0% para 6,0% no fim de 2021. É uma normalização total?

O mercado tem sido bastante sensível às declarações do Fed, então o anúncio de como vão atuar pode trazer volatilidade no curto prazo. Na nossa visão, nos próximos meses, o Fed deve dar o caminho das pedras do que eles pretendem fazer. Com esse cenário de maior crescimento e maior inflação, na nossa visão, o BC deveria remover a palavra "parcial", de normalização parcial, do comunicado no próximo Copom. Revisamos a projeção de Selic no fim deste ano de 5,0% para 6,0%. A gente acha que, na próxima reunião, poderia sinalizar a redução do passo. Começou o ciclo surpreendendo, aumentando mais do que o mercado imaginava. Depois de alguns aumentos de 0,75 ponto porcentual, achamos que poderia retirar o parcial, sinalizar redução de intensidade, mas continuar subindo. Hoje, o nosso cenário é de Selic terminando o ano em 6,0% e ficando nesse patamar, que já consideramos neutro, no ano que vem. Estamos sujeitos à evolução da inflação e da atividade.

A volta do estrangeiro à renda fixa e à Bolsa brasileira é uma nova tendência, considerando melhores perspectivas de crescimento e fiscal?

Eu acho que sim. O Brasil, na medida em que cresce mais e esse crescimento ajuda também a questão fiscal, passa a ser mais atrativo. Em particular na renda fixa, tem muito prêmio na curva de juros, está precificando mais aumentos adiante. Temos visto mais interesse do estrangeiro tanto na renda fixa quanto na variável. Na renda variável, a alocação até o momento foi muito concentrada em commodities. Agora, o que pode acontecer é uma mudança de alocação nos diversos setores, talvez os mais favorecidos pela reabertura, para esse cenário de maior crescimento. Eu diria que o humor melhorou, é lógico que os investidores estão monitorando risco político e pandemia, mas a surpresa com o crescimento trouxe fluxo para ações e renda fixa.

Nos indicadores fiscais, além do crescimento, a inflação tem bastante influência também?

Olhando para o resultado primário, há melhora das receitas, puxada por inflação mais alta e atividade mais alta. O que acaba melhorando o número para o primário, imaginando que o governo vai continuar cumprindo o teto de gastos. Quando olhamos a relação dívida/PIB, tem um fator adicional, porque o PIB acaba sendo inflado pelo crescimento maior e pelo crescimento mais alto. É interessante que, toda vez que há crescimento mais alto, a preocupação fiscal diminui. Isso não quer

dizer que o problema foi resolvido. Mas queira ou não, por um período de tempo, as receitas acabam fazendo com que as pessoas fiquem mais tranquilas com o fiscal. Por exemplo, temos uma discussão agora sobre extensão do auxílio. Se estivesse acontecendo no início do ano, a reação do mercado seria muito ruim. Mas, agora, como tem mais crescimento e dados fiscais melhores do que o esperado, não está trazendo tanto impacto no mercado.

A melhora então é conjuntural?

Não significa que o fiscal melhorou de forma estrutural, precisamos continuar avançando com reformas estruturais, mas o ponto de partida está melhor. Nossa projeção de dívida bruta em relação ao PIB passou de 88,9% este ano para 84,3%; é uma melhora bastante significativa. O ponto de partida ajuda muito. Quando rodamos simulações na dívida/PIB, é o que vai acontecer no médio e longo prazo. Quando tem o curto prazo melhorando, a dinâmica fica melhor. Anteriormente, nas nossas projeções, o pico da dívida/PIB seria a 96,2% em 2027, agora é 89,9% em 2024. Embora não tenha melhora estrutural, que seria não depender de aumento de receita para ter melhora significativa do fiscal adiante, temos mudança na dinâmica, porque o ponto de partida melhorou por conta desse choque de crescimento e inflação.

Então o risco de sustentabilidade da dívida caiu?

Sim, sem dúvida. O que tem que monitorar para o ano que vem é, como vai definir o teto de gastos ano que vem com a inflação mais alta deste ano, acaba tendo um cenário onde há maior liberdade de gastos. Então, no ano que vem, tem que monitorar o gasto com cautela. A despeito do espaço no teto ser maior, tem que monitorar o efeito no primário e na relação dívida/PIB.

A melhora na dinâmica da dívida pode influenciar decisões de classificação de risco?

A despeito da melhora, a dívida ainda é alta na comparação com outros países. Vimos a Fitch mantendo o rating (nota de classificação de risco) do Brasil e a perspectiva negativa. O que poderia acontecer eventualmente é que essa melhora retirasse a perspectiva negativa ao longo do tempo. Não há nesse momento pressão de elevação do rating. Eu diria que reduziu o risco de rebaixamento. O que já é boa notícia, mas ainda é cedo para falar em elevação. As agências querem ver uma melhora consistente. Não imaginaria que as agências de rating fizessem movimentos antes da definição do processo eleitoral, a não ser que a gente cometesse algum erro importante de política econômica. Mas acho que poderiam eventualmente tirar uma perspectiva negativa.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 02/06/2021

COM ENERGIA SOLAR, HAVERIA MENOS BANDEIRA VERMELHA NO BOLSO DE TODOS

A geração própria de energia por sistemas solares é parte da solução para aliviar a conta de luz e a pressão sobre os recursos hídricos

Por Rodrigo Sauer e Ronaldo Koloszuk, O Estado de S.Paulo*

Enquanto mais de 60 países do mundo implementam políticas públicas para tornar suas matrizes elétricas 100% limpas e renováveis, o Brasil acaba de acionar todas as suas termoelétricas fósseis, mais caras e poluentes do País. O motivo é a falta de água nos reservatórios das hidrelétricas, situação que se agrava a cada ano.

O resultado disso é sentido no bolso de todos, já que voltou a ser cobrada a famigerada bandeira vermelha, encarecendo a conta de luz. É mais uma preocupação para os orçamentos das famílias e para a competitividade das empresas.

Porém, muito pode ser feito para aliviar essa conta de luz. A geração própria de energia, feita por sistemas solares, por exemplo, é parte da solução, pois ajuda a reduzir custos do setor elétrico que hoje são repassados aos consumidores brasileiros.

O Projeto de Lei (PL) n.º 5.829/2019, de autoria do deputado federal Silas Câmara e relatoria do deputado federal Lafayette de Andrada, que cria o marco legal dessa modalidade, representa o

melhor caminho para garantir em lei mais liberdade, opção de escolha, sustentabilidade e economia aos consumidores.

O texto está pronto para votação na Câmara dos Deputados. Com sua aprovação, trará ao País mais de R\$ 139 bilhões em novos investimentos até 2050, gerando mais de 1 milhão de empregos. Já a redução de custos com o uso de termoelétricas representará mais de R\$ 150 bilhões. Também haverá economia de R\$ 23 bilhões com menores perdas elétricas.



Quanto mais usarmos o sol, o vento e a biomassa, menor será a dependência das hidrelétricas. Foto: Felipe Rau/Estadão

Empreendida por grandes monopólios e entidades de energia elétrica, uma campanha está em curso para tentar frear o crescimento da geração própria de energia no País. Querem transformar a solar, utilizada globalmente como solução, em “vilã” do setor elétrico. A quem interessa estes ataques? Certamente, não aos consumidores.

A evolução da matriz elétrica brasileira, com maior participação das renováveis, é ambientalmente desejável, tecnicamente sólida e economicamente viável. O projeto “Sistemas Energéticos do Futuro: Integrando Fontes Variáveis de Energia Renovável na Matriz Energética do Brasil”, com participação do Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Operador Nacional do Sistema (ONS), em parceria com a entidade do governo alemão Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), analisou, em detalhes, a inserção de grandes quantidades de energia solar e eólica na matriz elétrica brasileira. As conclusões dos três anos de intenso trabalho confirmaram que é possível aumentar a participação destas renováveis em mais de quatro vezes, dos atuais 10% para mais de 40%, mantendo a confiabilidade, segurança e estabilidade, com equilíbrio técnico e econômico para a expansão e operação do sistema elétrico brasileiro.

O estudo demonstrou a forte sinergia entre os recursos renováveis do Brasil, como hídrico, solar, eólico, da biomassa, entre outros. Também desbancou o velho mito de que precisamos de mais termoelétricas para dar apoio às renováveis. Pelo contrário, quem equilibra o sistema quando há variações nos ventos e no sol não são as usinas fósseis, mas sim as hidrelétricas. Por isso, a evolução para uma matriz elétrica 100% renovável é possível e depende mais de vontade e liderança política do que de condições técnicas e econômicas.

Quanto mais usarmos o sol, o vento e a biomassa, menor será a dependência das hidrelétricas. Isso ajuda a aliviar a pressão sobre os recursos hídricos, cada vez mais escassos e preciosos. Com mais água disponível nas usinas, haverá menor uso de termoelétricas fósseis para gerar energia elétrica, o que reduz as nocivas bandeiras vermelhas e alivia a conta de luz da população. A água economizada também poderá ser utilizada em seus outros propósitos para a sociedade, como abastecimento humano, agricultura, criação animal e atividades produtivas.

***SÃO, RESPECTIVAMENTE, CEO E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ABSOLAR**

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 02/06/2021

PETROBRAS PRECIFICA NOVA EMISSÃO DE US\$ 1,5 BI EM TÍTULOS GLOBAIS

Por (Gabriel Araujo).

A Petrobras (PETR4) anunciou nesta quarta-feira a precificação de uma nova emissão de títulos no mercado internacional, com volume total de 1,5 bilhão de dólares e vencimento em 2051, de acordo com comunicado da empresa.

A emissão, realizada por meio da subsidiária Petrobras Global Finance (PGF), apresenta cupom de 5,5% ao ano, com rendimento ao investidor de 5,75% ao ano, conforme antecipado pelo serviço IFR, da Refinitiv.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 02/06/2021



VALOR ECONÔMICO (SP)

IMPORTAÇÃO MAIOR QUE O ESPERADO PODE REDUZIR SUPERÁVIT COMERCIAL

Na média diária de maio, compras externas foram 54,7% maiores que no mesmo mês de 2020

Por *Mariana Ribeiro — De Brasília*

As importações vêm registrando desempenho acima do esperado, o que pode levar à redução do superávit comercial previsto para o ano, disse ontem o subsecretário de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior, Herlon Brandão. Atualmente, a secretaria estima que a balança comercial registre em 2021 um resultado recorde de US\$ 89,4 bilhões. A próxima projeção será divulgada no início de julho.

A estimativa para o ano, feita em abril, considera um resultado de US\$ 266,6 bilhões em exportações e US\$ 177,2 bilhões em importações.

“Como a importação está se aquecendo, é possível sim que o resultado esperado para o ano diminua”, explicou Brandão durante a divulgação dos dados de maio, quando o superávit comercial foi de US\$ 9,290 bilhões, um recorde para o mês.

Em maio, as importações alcançaram US\$ 17,657 bilhões e tiveram um aumento, pela média diária, de 57,4% na comparação com o mesmo mês de 2020. O avanço, puxado pela recuperação da demanda interna, foi expressivo nas três categorias: de 36,79% na agropecuária, de 107,52% na indústria extrativa e de 56,53% na indústria de transformação. Segundo Brandão, apesar da forte recuperação, o nível das compras externas ainda está um pouco distante das máximas históricas. “Há espaço para crescimento”, completou.

No ano, as importações ficaram em US\$ 81,536 bilhões, um aumento de 20,9% sobre o mesmo período do ano passado e acima do esperado para o ano. A performance das exportações no ano, por sua vez, vem em linha com as expectativas da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). No acumulado de 2021, elas somaram US\$ 109,065 bilhões, alta de 31,1%.

Só em maio, as vendas externas totalizaram US\$ 26,948 bilhões, alta de 46,5% sobre o desempenho do mesmo mês de 2020, pela média diária. Os números, puxados pelo aquecimento dos preços internacionais, é recorde para o mês. Também foi observado crescimento nas três categorias: de 42,97% na agropecuária, 85,77% na indústria extrativa, e de 34,56% na indústria de transformação.

Para Yasmin Riveli e Silvio Campos Neto, da Tendências Consultoria, nos próximos meses, as importações devem seguir beneficiadas pela retomada interna em curso. Já as exportações devem continuar impulsionadas pelo crescimento global e pelos altos preços das commodities na comparação com 2020.

A perspectiva é de queda dos preços do minério de ferro, soja e petróleo na margem no segundo semestre, o que “em conjunto com o aspecto sazonal, deve implicar em saldos comerciais menos robustos do que os observados na primeira metade do ano”.

“De toda forma, os preços dos principais produtos exportados pelo Brasil devem se manter em níveis historicamente valorizados, o que sustenta nossa projeção de um crescimento de 40% do saldo comercial brasileiro nesse ano”, afirmam. Para 2021, a projeção da consultoria é de um superávit de US\$ 70,8 bilhões, resultado de exportações de US\$ 257,5 bilhões e importações de US\$ 186,7 bilhões.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) avalia que o desempenho dos primeiros cinco meses do ano sinaliza retomada do comércio exterior. “Isso se deve aos progressos obtidos no combate à pandemia em importantes países do mundo, o que vem alavancando a reativação do comércio global”, afirma.

No mês passado, as exportações para China, Hong Kong e Macau, principais destinos dos produtos brasileiros, subiram 33,05%, pela média diária, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já as vendas totais para a Ásia avançaram 43,45%. Na mesma base de comparação, as vendas para a América do Norte subiram 61,90%, para a América do Sul, 107,14%, e para a Europa, 30,59%.

Já nos primeiros cinco meses do ano, as vendas para a China avançaram 35,96% e, para toda a Ásia, 35,22%. As exportações para a América do Norte subiram 24,62%, para a América do Sul, 44,53%, e para a Europa, 20,03%.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 02/06/2021

SUPERCICLO DE COMMODITIES VAI AJUDAR O BRASIL

Bons ventos do crescimento global tendem a nos ajudar

Por Fernando Rocha, Para o Valor — Rio

O resultado do PIB no primeiro trimestre de 2021 surpreendeu positivamente. A mediana das expectativas do Valor Data apontava para um crescimento de 0,5% na variação em relação ao mesmo trimestre do ano passado e de 0,7% na comparação com o trimestre anterior, feito o ajuste sazonal. O resultado foi de 1,% e 1,2%, respectivamente.

Na ótica da produção, destaque para o crescimento da agropecuária, de 5,2% ano a ano, e da indústria, com 3% de variação. O setor serviços teve contração de 0,8% nessa base de comparação. Do ponto de vista da absorção doméstica, o desempenho do investimento, com crescimento de 17% ano a ano, foi o que mais chamou a atenção, enquanto o consumo das famílias caiu 1,7% e o consumo do governo caiu 4,9%.

A análise dos números mostra que o grande destaque dessa divulgação do PIB foi a composição benigna do crescimento, com ênfase na produção e no investimento, e menos dependência do consumo agregado (governo + famílias). Esperava-se que, com as políticas monetária e fiscal expansionistas que tivemos no ano passado, o crescimento pudesse estar sendo inflado pelo consumo.

No entanto, o que se notou no primeiro trimestre de 2021 foi que a poupança agregada continuou crescendo e o consumo não foi o “motor” do crescimento. Isso nos remete a uma hipótese de que o bom crescimento atual pode estar ligado ao ciclo global de commodities, em um fenômeno semelhante ao que vimos na década de 2001 a 2010, quando o crescimento da China ativou um super ciclo de alta de matérias-primas que beneficiou o Brasil.

Dessa vez, o fenômeno é um pouco diferente. A taxa de urbanização da China se dá a um ritmo mais lento do que no passado, mas temos uma superdose de estímulos monetários e fiscais no mundo, que motivou uma recuperação acelerada da recessão ocasionada pela Covid-19. Como consequência, as matérias-primas subiram fortemente.

Parece que estamos vivendo novamente um superciclo, mas, de maneira acelerada, como se estivéssemos em uma espécie de “fast forward” do ciclo passado. Tudo indica que a duração atual será menor porque os estímulos foram excessivos e as consequências já estão batendo à porta. No

entanto, ainda estamos na fase da aceleração e os benefícios para o Brasil estão começando a se fazer sentir.

No Brasil, além do crescimento real do PIB, é interessante destacar também o componente nominal. Em valores correntes, o PIB do primeiro trimestre cresceu 11,1% contra o mesmo período do ano passado. Isso significa que o deflator implícito (a taxa de inflação do PIB) foi de 10% ao ano. Se considerarmos que o PIB de 2021 vai crescer 5,5% em termos reais, e mantivermos o deflator em 10%, temos que o PIB nominal crescerá 16%.

Isso terá um efeito benéfico muito grande sobre os dados fiscais, particularmente sobre a relação dívida/PIB. O efeito nominal aumenta a arrecadação tributária, melhorando o resultado primário, enquanto o PIB também cresce, reduzindo, assim, o endividamento. Nessa linha, o Tesouro Nacional divulgou recentemente uma revisão do déficit primário de R\$ 280 bilhões para R\$ 180 bilhões no ano, ou seja, uma diferença de R\$ 100 bilhões, equivalente a aproximadamente 1,3% do PIB. Se tivermos alguns anos de crescimento forte, o benefício sobre a relação dívida/PIB será ainda maior e mais fácil a tarefa de estabilizá-la. Basta preservar o teto de gastos.

Por fim, uma consequência negativa do superciclo de commodities é a inflação mais alta. Esse fenômeno já está ocorrendo na economia brasileira. Os índices gerais de preços (IGPs) estão altíssimos e o deflator do PIB também. Porém, os preços no varejo estão relativamente bem comportados. Vejamos o IPCA, por exemplo. Houve uma alta de alimentos importante no ano passado e uma forte alta de combustíveis neste ano.

Ademais, os bens industrializados, particularmente os que demandam muitas matéria-primas, também subiram. Por outro lado, os serviços continuam com inflação baixa, refletindo o desemprego elevado e a renda agregada fraca. O Banco Central vem aumentando a taxa de juros para garantir que a mudança de preços relativos em curso não se transforme em um fenômeno inflacionário mais generalizado. Se isso for bem sucedido, e não temos razão para duvidar, o superciclo de commodities será benéfico para o Brasil.

Ainda temos que nos preocupar com um possível racionamento de energia. Essa é uma questão que de tempos em tempos nos preocupa. Talvez esteja na hora de repensar a matriz energética, tornando-a menos dependente do ciclo hidrográfico. Em suma, os bons ventos do crescimento global tendem a nos ajudar. Façamos a nossa parte.

*Sócio e economista-chefe da JGP Gestão de Recursos

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 02/06/2021

MINÉRIO DE FERRO SOBE NO PORTO DE QINGDAO E PASSA DE US\$ 209

Cotação do dia é a mais elevada desde 20 de maio

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo

O minério de ferro marcou nesta quarta-feira a quarta alta consecutiva no mercado à vista, refletindo principalmente a manutenção da demanda aquecida por parte das siderúrgicas chinesas.

De acordo com a publicação especializada Fastmarkets MB, o minério com teor de 62% de ferro avançou mais 0,3%, para US\$ 209,19 por tonelada no porto de Qingdao, o preço mais elevado desde 20 de maio.

Com esse desempenho, a commodity acumula valorização de 5,2% em junho e de 30,4% em 2021. Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos de minério para setembro fecharam o dia com valorização de 2,8%, a 1.169 yuans por tonelada.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 02/06/2021

GOVERNADOR DO AMAZONAS E SECRETÁRIO DE SAÚDE SÃO ALVOS DE OPERAÇÃO DA PF

Há suspeita de fraude com hospital de campanha. Operação foi autorizada pelo STJ
Por André Guilherme Vieira, Valor — São Paulo

O governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC), e o secretário de Saúde do Estado, Marcellus Campêlo, são alvos de busca e apreensão da Operação Sangria da Polícia Federal (PF), que apura indícios de desvios de verbas destinadas ao combate à covid19. São cumpridos 19 mandados de busca e apreensão e 6 de prisão temporária em Manaus e em Porto Alegre.

Uma equipe da PF apreendeu documentos e computadores na casa de Wilson Lima na manhã de hoje. O Hospital Nilton Lins também é alvo de busca e apreensão. O secretário de Saúde do Estado, Marcellus Campêlo, teve prisão decretada pelo STJ e está sendo procurado pelos policiais.

Um dos sócios de Hospital Nilton Lins, em Manaus, também é alvo da operação policial. A investigação foi autorizada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e apura crimes de organização criminosa, fraude a licitação e desvios de recursos federais.



Wilson Lima: PF apreendeu documentos e computadores na casa do governador do Amazonas — Foto: Alan Santos/PR

De acordo com o inquérito, funcionários da Saúde do Amazonas teriam realizado contratação fraudulenta para favorecer um grupo de empresários locais com recursos para construção de um hospital de campanha — o governador Wilson Lima teria orientado o esquema, segundo a PF.

Os contratos foram assinados em janeiro deste ano. Os serviços de lavanderia hospitalar, diagnóstico por imagem e limpeza do hospital de campanha apresentam padrões irregulares no processo de licitação, além de sobrepreço e prestação de serviços aquém do previsto, de acordo com os investigadores.

A operação deflagrada hoje é mais uma etapa da investigação iniciada para apurar a compra superfaturada de respiradores no Amazonas. Após a operação da PF, a Corte Especial do STJ decidiu adiar a análise da denúncia apresentada contra Wilson Lima. Ele é acusado de direcionamento na dispensa de licitação para compra de respiradores, além de desvios de recursos para o enfrentamento à pandemia no Estado. O governador nega a prática de irregularidades.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 02/06/2021

CRISE DE ENERGIA PODE PARAR HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ EM JULHO

No 1º trimestre houve alta de 90% das cargas movimentadas pela hidrovia na comparação anual
Por Daniel Rittner — De Brasília

A crise no abastecimento de energia, agravada pelo pior regime de chuvas em 91 anos nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, terá desdobramentos sobre a logística nacional: a Hidrovia Tietê-Paraná, um dos principais corredores fluviais do país, pode ser paralisada no início do segundo semestre.

Em carta enviada ao Ministério de Minas e Energia, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) pede mudanças emergenciais na operação dos reservatórios de duas hidrelétricas no rio Paraná que, na prática, comprometem ou até inviabilizam a navegabilidade na hidrovia.



No 1º trimestre houve alta de 90% das cargas movimentadas pela hidrovia — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

No ofício, obtido pelo Valor e com data de 21 de maio, o ONS relata a necessidade de reduzir a cota inferior (altura mínima dos espelhos d'água) dos reservatórios de Ilha Solteira (SP) e de Três Irmãos (SP) abaixo do nível de 325,4 metros definido pela Agência Nacional de Águas (ANA).

Para a entidade responsável pela operação do sistema elétrico, isso precisa ocorrer a partir do início de julho. A medida é descrita como essencial para manter a “governabilidade hidráulica na bacia do rio Paraná ao longo do período seco de 2021”. Reservatórios como Água Vermelha e Marimbondo, localizadas a montante (acima)

dessas usinas, já estão com menos de 10% do volume útil e terão que enfrentar vários meses de estiagem

O pedido contempla ainda uma queda das vazões mínimas dos reservatórios de Jupuí (SP) e Porto Primavera (SP), respectivamente para 2.300 metros cúbicos por segundo e 2.700 m³ /s, também a partir do mês de julho.

O efeito colateral da medida, que deverá ser analisada pela ANA, é o comprometimento logístico. “Cumprir destacar que a operação dos reservatórios das UHEs Ilha Solteira e Três Irmãos abaixo da cota 325,40m implica em restrições à navegação na Hidrovia Tietê-Paraná”, diz o diretor-geral do ONS, Luiz Carlos Ciochi, no ofício ao ministério.

No governo de São Paulo e entre usuários da hidrovia, a dúvida não é se, mas quando as operações serão afetadas ou interrompidas. “Se houver mudança de vazão a partir de julho, a hidrovia vai parar. Não tem calado, não tem jeito”, disse ao Valor o secretário de Logística e Transportes do Estado de São Paulo, João Octaviano Machado Neto.

No primeiro trimestre, segundo dados da secretaria, houve alta de 90% das cargas movimentadas pela hidrovia na comparação com igual período do ano passado. Os principais produtos transportados foram soja, milho e cana. O número de embarcações passando por dia no corredor logístico, em média, aumentou de 12 para 23. Cada comboio retira até 200 caminhões das rodovias.

O governo de São Paulo diz entender a crise vivida pelo setor elétrico e a necessidade de medidas emergenciais, ressalta Octaviano, mas pede previsibilidade e transparência. “Claro que a gente não se opõe, mas isso tem impactos. A Hidrovia Tietê-Paraná está se consolidando cada vez mais como um corredor logístico importante.”

Em linhas gerais, trata-se praticamente de uma repetição do quadro verificado em 2014 e em 2015, quando a hidrovia passou quase dois anos sem operar. Dados do ONS apontam que aquele biênio registrou o terceiro pior regime de chuvas da história na bacia do rio Paraná. A situação de 2021 é a segunda pior - só perde para 2001, ano do racionamento de energia.

Segundo o diretor-executivo do Movimento Pró-Logística, Edeon Vaz, a hidrovia transporta cerca de seis milhões de toneladas por ano. Além de produtos do agronegócio, ela é essencial no escoamento de materiais para a construção civil, como areia. Os grãos percorrem majoritariamente o trajeto entre São Simão (GO) a Pederneiras (SP).

Vaz afirma que os produtores buscarão, em conversas com a ANA, estender a operação da hidrovia para concluir os embarques da safra. “Tentaremos empurrar isso [o funcionamento do corredor] até setembro”, afirma o diretor do Movimento Pró-Logístico, que é composto por diversas entidades do

setor produtivo e presidido pela Aprosoja. “É uma concorrência pelo uso da água. Nós precisamos de calado para a navegação. Eles precisam de geração de energia.”

Segundo ele, a inauguração do novo trecho da Ferrovia Norte-Sul ajuda a mitigar o impacto de um fechamento da hidrovia, mas o ideal é que haja aviso prévio da ANA sobre cada passo a ser tomado. Assim, os usuários poderão se programar e acertar novos contratos de frete com as operadoras de ferrovias, por exemplo. “Não adianta avisar em cima da hora.”

Na semana passada, a agência reguladora fez reunião virtual com agentes interessados na bacia do Paraná. O Ministério de Minas e Energia advertiu que, para poupar água dos reservatórios, ações terão efeitos colaterais. “O nível de criticidade é tal que medidas adicionais precisam ser adotadas, que envolvem não só o setor elétrico, mas com repercussões em outros setores”, observou o secretário de Energia Elétrica, Christiano Vieira.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 02/06/2021



AGÊNCIA BRASIL - DF

BOLSONARO SANCIONA LEI QUE TORNA PRONAMPE PERMANENTE

Programa abre crédito para micro e pequenas empresas

Por Pedro Rafael Vilela – Repórter da Agência Brasil – Brasília

O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta quarta-feira (2) a lei que torna permanente o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). O anúncio foi feito em vídeo publicado por Bolsonaro nas redes sociais, em que ele aparece acompanhado de ministros e do senador Jorginho Mello (PL-SC), autor do projeto.

"Estou agora sancionando a nova lei do Pronampe, que visa atender as pequenas empresas e o microempresário, de forma permanente", declarou Bolsonaro.

O Pronampe foi criado em maio de 2020 para auxiliar financeiramente os pequenos negócios e, ao mesmo tempo, manter empregos durante a pandemia de covid-19, mas foi encerrado no fim do ano. Para restabelecer a iniciativa, o Congresso Nacional aprovou um novo projeto de lei que teve tramitação concluída no Senado no dia 11 de maio e aguardava apenas a sanção presidencial para entrar em vigor.

Ao longo do ano passado, o Pronampe disponibilizou mais de R\$ 37 bilhões em financiamentos para quase 520 mil micro e pequenos empreendedores. As empresas beneficiadas assumiram o compromisso de preservar o número de funcionários e puderam usar os recursos para financiar a atividade empresarial, como investimentos e capital de giro para despesas operacionais.

Na nova fase, o governo disponibilizou crédito de R\$ 5 bilhões, mas a expectativa é que os bancos que vão operacionalizar os financiamentos possam alavancar os recursos disponíveis para cerca de R\$ 25 bilhões, disse o senador Jorginho Mello (PL-SC). Ainda de acordo com o parlamentar, pelo menos 20% desse recurso será destinado a empreendedores da área de eventos, por causa dos prejuízos causados pela paralisação dessas atividades durante a pandemia.

"O micro e o pequeno empresário no Brasil representam 98% de todas as empresas e nunca tiveram uma linha de crédito com essa abrangência, [com] fundo garantidor, carência, juro decente e possibilidade de melhorar o seu negócio", afirmou o senador no vídeo publicado nas redes sociais de Bolsonaro.

Os novos empréstimos feitos pelo Pronampe, considerados a partir de janeiro de 2021, poderão ter custo máximo de 6% ao ano, mais taxa Selic (3,5% ao.ano). As instituições bancárias participantes do programa operarão com recursos próprios e poderão contar com garantia a ser prestada pelo Fundo Garantidor de Operações (FGO), administrado pelo Banco do Brasil. Esse fundo servirá como garantia para até 100% do valor das operações, desde que todos os empréstimos feitos pela instituição não tenham taxa de inadimplência maior que 85%.

A linha de crédito concedida pelo Pronampe corresponderá a até 30% da receita bruta anual calculada com base no exercício anterior ao da contratação, salvo no caso de empresas que tenham menos de um ano de funcionamento. Nesse caso, o limite do empréstimo corresponderá a até 50% de seu capital social ou a até 30% de 12 vezes a média da receita bruta mensal apurada desde o início de suas atividades, valendo a opção mais vantajosa para o pequeno empresário.

Para o ministro da Economia, Paulo Guedes, que participou do anúncio da sanção do Pronampe permanente, o programa democratiza o acesso ao crédito no país. "Pela primeira vez nessa recuperação, 48% da expansão de crédito foram para o pequeno e o médio", afirmou o ministro.

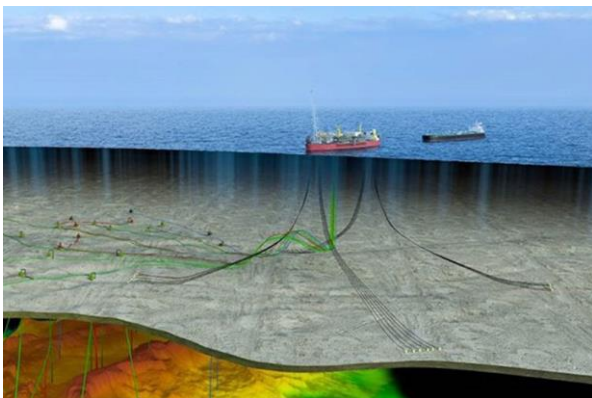
Edição: Nádia Franco
Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 02/06/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

SUBSEA INTEGRATION ALLIANCE RECEBE CONTRATO EPCI OFFSHORE NO BRASIL

Da Redação OFFSHORE 02 Junho 2021



A Subsea 7 anunciou nesta quarta-feira (2) a adjudicação de um grande contrato pela Equinor para a Subsea Integration Alliance para o desenvolvimento do campo de Bacalhau, localizado a 185 quilômetros da costa do estado de São Paulo, Brasil.

O escopo do trabalho do projeto cobre a engenharia, aquisição, construção e instalação (EPCI) dos dutos submarinos (SURF) e sistemas de produção (SPS). O desenvolvimento incluirá 140 quilômetros de risers rígidos e linhas de fluxo, 40 quilômetros de umbilicais e 19 árvores, além de equipamentos submarinos

associados, em lâmina d'água de aproximadamente 2.050 metros.

A equipe da Subsea Integration Alliance estabelecida durante a fase inicial de projeto de engenharia de front-end, concedida em janeiro de 2020, agora fará a transição para a fase EPCI completa. O gerenciamento do projeto e a engenharia detalhada ocorrerão no Rio de Janeiro, com o apoio do Global Project Center da Subsea 7 no Reino Unido e na França e vários escritórios da OneSubsea. As atividades offshore ocorrerão de 2022 a 2023, usando os navios da Subsea 7.

Stuart Fitzgerald, CEO da Subsea Integration Alliance disse: "A concessão à Subsea Integration Alliance do contrato EPCI é o resultado de nossa estratégia de engajamento inicial e histórico de grandes projetos integrados. Ele enfatiza a força e a amplitude de nossas capacidades globais de gerenciamento de projetos que sustentam nossa entrega de grandes e complexos projetos integrados."

Marcelo Xavier, vice-presidente da Subsea 7 para o Brasil, disse: "Esta concessão de contrato amplia nosso histórico de entrega de soluções otimizadas para desenvolvimentos em águas

profundas no Brasil. Esperamos fortalecer nosso relacionamento com a Equinor durante este e futuros desenvolvimentos”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/06/2021

AGENTES VEEM POTENCIAL E DESAFIO REGULATÓRIO PARA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO BRASIL

Por Danilo Oliveira OFFSHORE 01 Junho 2021



Arquivo/Divulgação

Durante painel na Nor-Shipping, representantes da indústria marítima no Brasil destacaram necessidade de ampliar projetos e apoio a desenvolvimento de pesquisas.

Representantes da indústria marítima acreditam que o Brasil possui grande potencial e um caminho ainda longo a ser trilhado no campo da transição energética. Durante painel da Nor-Shipping voltado para o tema no Brasil, os participantes destacaram que existem projetos em andamento e pesquisas de novas tecnologias desenvolvidos ou em avaliação por empresas nacionais e estrangeiras presentes no país. Entre os desafios apontados está a regulação de temas como a energia eólica offshore, a fim de permitir a atração de investimentos para a atividade em águas nacionais.

A sócia-fundadora da Catavento, Clarissa Lins, que moderou o debate, disse que o Brasil possui histórico papel de destaque na indústria offshore, mas a diversificação de fontes não o restringe de apostar em novas tecnologias, aproveitando seu potencial e as oportunidades nesse contexto global de transição energética. Ela acrescentou que o conceito de Economia Azul traz uma série de oportunidades para fomentar a atividade marítima no país.

O chefe da cadeia de suprimentos da Equinor, Rafael Tristão, destacou que a empresa está investindo 15% a 20% de seu capital em energias renováveis até 2030, como parte da meta para zerar emissões em 2050. Ele defendeu que é possível tirar proveito das sinergias do portfólio de O&G e energias renováveis. Segundo Tristão, enfrentar os atuais desafios demanda cooperação global e ações coordenadas entre sociedade, governos e indústria. Para ele, o Brasil se encaixa bem nessa estratégia devido à variedade de fontes energéticas, como eólica, solar, petróleo e gás.

Tristão destacou que a Equinor tem previsão de bilhões de investimentos em descarbonização até 2030. Entre eles, aportes para uma planta de geração de energia solar, no Ceará, em operação desde 2018. A empresa também estuda projetos de plantas solares, uma no Rio Grande do Norte e outra no Rio de Janeiro, no Porto do Açú. Ele também citou soluções aplicadas para redução de emissões nas operações de O&G, como no campo de Peregrino, com redução da ordem de 30% com a substituição de óleo diesel por gás natural.

O vice-presidente da Subsea7 no Brasil, Marcelo Xavier, também destacou os potenciais existentes no país e disse que a empresa aposta em projetos de energias renováveis. Ele contou que a companhia olha oportunidades de eólicas offshore em diversos países, inclusive no Brasil. Para o executivo, a diversificação de fontes está na agenda de diversos países nos próximos anos. Xavier disse que o Brasil ainda tem uma jornada regulatória para regulamentar esses temas e aproveitar as oportunidades de desenvolvimento de tecnologia, além de torná-las mais baratas e competitivas.

Ele observa que o setor de O&G tem muitos caminhos de descarbonização e que esse tema está na pauta da indústria. Segundo o executivo, existem muitas soluções para otimizar o consumo de energia e reduzir as emissões de carbono. Ele acrescentou que a Subsea7 também apoia inovação colaborando com pesquisas de startups de diferentes setores.



O diretor de desenvolvimento da Prumo Logística, Mauro Andrade, disse que a transição energética é um tópico importante para o grupo e seus clientes. Segundo Andrade, o porto é uma estrutura importante para as atividades portuárias e offshore, mas o complexo está empenhado em se conectar aos novos negócios e às questões relacionadas à redução de carbono. Andrade acredita que o complexo portuário e industrial está bem posicionado para oferecer suporte à cadeia de energias renováveis.

A Prumo acompanha estudos e projetos como de amônia, fertilizantes e hidrogênio 'verdes'. Andrade mencionou que o projeto da planta solar estudado junto à Equinor também representa um passo importante nessa direção. Ele concordou que é necessário amadurecer a regulamentação de alguns desses temas no Brasil para que haja segurança e incentivos a novos projetos. Andrade destacou que o porto pretende ser um player relevante olhando para negócios futuros.

Para Clarissa, o Brasil tem tudo para ser um hub de desenvolvimento de pesquisas de fontes de energia. A sócia-fundadora da Catavento, salientou que o ambiente é favorável e pode ser considerado motivador para o desenvolvimento de energias alternativas e para atrair negócios sustentáveis ao Brasil.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/06/2021



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de "feeds" é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Mercos Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006